

ADVER

ASDUERJ

Associação de
Docentes da UERJ

6

JULHO DE 1995

Universidade: notas para
uma autocrítica necessária
(Reflexões de Cristovam Buarque)



Publicação da Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua São Francisco Xavier, 524, 1º andar, Bloco D, Sala 1026, Rio de Janeiro/RJ
CEP 20550-013 • Telefones: 2649314 e 2848322 ramais 7579 e 7128, Fax: 284-4350

DIRETORIA BIÊNIO 93/95

Presidente: Eurico Zimbres
I Vice-Presidente: Ademir Figueiredo
I Secretário: Roberto Lopes de Abreu
II Secretário: José Fernando de Oliveira
I Tesoureiro: Gustavo Bayer
II Tesoureiro: José Carlos Xavier

CONSELHO EDITORIAL

Cláudia Gonçalves de Lima
Deise Mancebo
Eurico Zimbres
Gustavo Bayer
Ronaldo Coutinho

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Carlos da Silva (Biologia) • Antonio Celso Pereira (Direito)
Carlos Alberto Mandarin (Biologia) • Claudio Ulpiano (Filosofia)
Décio da Rocha (Francês/Colégio de Aplicação)
Elisabeth Silveira (Educação) • Heliana Conde (Psicologia)
HindenburgPires (Geografia) • Jader Benuzzi Martins (Física)
José Augusto Quadra (Medicina) • Junifo Brandão (in memoriam)
Lená Medeiros (História) • Lilian Nabuco (Jornalismo)
Luiz Sebastião Costa (Engenharia) • Pedro Luiz Pereira (Desenho Industrial)
Rose Mary Serra (Serviço Social) • Sérgio Francisco (Música)

FICHA TÉCNICA

Edição Visual: Leila Braille
Revisão de Textos: Sérgio Franklin
Capa: Alessandra Simplicio
Execução gráfica: J. Di Giorgio
Tiragem: 2.500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Aos filiados da ASDUERJ; Associações Docentes filiadas à Andes;
Instituições de pesquisa e ensino superior; Bibliotecas Públicas;
Câmara de Vereadores; Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
Executada pela Secretaria da ASDUERJ:
Arlete Cândido, Maxmiliano Nogueira e Marcello Silva.

Agradecimentos

A Asduerj, através do Conselho Editorial da revista Advir, agradece a todos aqueles que, direta e/ou indiretamente, viabilizaram a publicação desta edição especial, particularmente a:

Cristovam Buarque

Editora da Unesp

Maristela Abade (Editora da UnB)

Tereza Cristina Brandão (Assessoria do Cristovam Buarque)

Cristina Röhrig (Editora Paz e Terra)

Apresentação

Há muito tempo que a ASDUERJ vem insistindo em que a própria sobrevivência da UERJ depende de sua capacidade de tornar-se significativa para a sociedade que a mantém. Ainda mais em uma conjuntura como a atual, quando se busca concentrar os recursos do Estado na reprodução da ordem econômica, desobrigando-o da sustentação da reprodução social.

O momento é mais que propício para uma reflexão sobre os caminhos a serem seguidos nesta construção de um espaço significativo para a UERJ. Afinal, neste semestre teremos eleições internas em praticamente todos os níveis. Se não formos capazes de pensar tais eleições como momento de superação de nossas idiossincrasias, estaremos nos condenando de antemão a vítimas meramente espectadoras deste processo de desmontagem não só da universidade, mas de todas as estruturas de proteção social.

A reflexão que agora temos que fazer passa necessariamente por uma profunda autocrítica, tão radical quanto possível. Em diferentes ocasiões a ASDUERJ procurou provocar tal autocrítica, sempre esbarrando exatamente nas idiossincrasias que insistem na percepção provinciana da UERJ como mera "repartição" de interesses localizados. Estamos agora literalmente apelando a um incontestante militante da reconquista de um espaço significativo para a universidade brasileira, na esperança de que assim - antes tarde do que nunca - possamos promover, nestas eleições, o salto qualitativo que necessitamos.

Os textos aqui reproduzidos foram fruto de uma contínua reflexão que Cristovam Buarque vem desenvolvendo já antes de assumir a reitoria da UnB. Nesta forma, eles constam da publicação *A aventura da universidade*, co-editada pela UNESP e a Paz e Terra em 1993. O fato de estarmos reproduzindo estes textos justifica-se não apenas por sua relevância momentânea no contexto das eleições na UERJ, mas principalmente pela necessidade de dar-se a maior ressonância possível a considerações tão fundamentais para a reconstrução da universidade no Brasil. Afinal, a universidade não é apenas um emprego, mas o espaço vital essencial para quem assume existencialmente o papel de educador e acadêmico.

A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

As Reformas universitárias quase sempre partiram de estímulos externos, induzidas por governos ou empresas; resultaram de esforços internos só depois que a sociedade em mutação passou a exigí-las. Mesmo assim, as reformas universitárias, quando partem das próprias universidades, têm-se limitado basicamente ao problema da democracia interna na instituição, e muito menos ao seu papel, sua estrutura, sua relação com a sociedade e seus compromissos para o futuro.

O caso clássico é a reforma de Córdoba, principal das reformas universitárias latino-americanas. Ainda que se tenha originado da mobilização da comunidade, a reforma ocorreu devido à insatisfação geral da sociedade latino-americana diante das oligarquias e seus projetos sociais arcaicos. A mobilização se deu como reflexo de uma necessidade social externa. A comunidade acadêmica foi "apenas" a vanguarda de um sentimento maior.

Darcy Ribeiro reconhece que "A principal força renovadora da Universidade latino-americana foi a reforma iniciada em Córdoba em 1918. O ideário da reforma, admiravelmente expresso no "Manifesto de Córdoba", correspondia, como era inevitável, ao momento histórico em que ela se desencadeou e ao contexto social latino-americano, cujas elites intelectuais começaram a ter consciência do caráter autoperpetuador de seu atraso em relação a outras nações, das responsabilidades sociais da Universidade, a reclamar um grau de modernização que a torna-se mais democrática, mas eficaz e mais atuante quanto à sociedade." (1)

Mas estes objetivos limitaram-se, basicamente, a medidas de organização da própria universidade, como se observa pelo decálogo de Córdoba: 1. co-governo estudantil; 2. autonomia política, docente e administrativa; 3. eleição de todos os mandatários da universidade por assembleias com representação de professores e egressos; 4. seleção do corpo docente

através de concursos públicos, asseguradores de ampla liberdade de acesso ao magistério; 5. fixação de mandatos com prazo fixo (cinco anos em geral) para o exercício da docência, só renovável mediante a apreciação da eficiência e competência do professor; 6. gratuidade do ensino superior; 7. assunção, pela universidade, de responsabilidades políticas com a nação e a defesa da democracia; 8. liberdade docente; 9. implantação de cátedras livres e oportunidade de ministrar cursos paralelos ao do professor catedrático, dando aos estudantes a possibilidade de opção entre ambos; e, 10. livre-frequência às aulas. (2)

Percebe-se um enorme avanço em relação à universidade tradicional, presa às cátedras vitalícias, à rigidez de cursos e normas que dominam completamente os alunos. Mas, de qualquer forma, não havia propostas de mudanças estruturais que organizassem a universidade para cumprir seus compromissos com a sociedade e o saber. Havia a idéia de que a democracia na gestão, a autonomia e a liberdade acadêmica, junto com a avaliação, levariam a universidade a cumprir seu papel de agente das reformas sociais.

A preocupação com o desenvolvimentismo a partir da Segunda Guerra levou a sociedade latino-americana a reclamar novas reformas na universidade. A universidade desenvolvimentista é fruto da influência norte-americana, manifestada especialmente no chamado Relatório



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

Atcon. Os sonhos de modernidade da elite local casaram-se com os interesses dos Estados Unidos, levando à formação de assistências técnicas, das quais o trabalho de Rudolph P. Atcon é o melhor exemplo. Implantado inicialmente em Honduras e Chile, foi no Brasil onde a reforma foi mais bem recebida. (3)

Vinda do exterior, a idéia do Relatório Atcon visava a estruturação de uma universidade tecnocrática a serviço do projeto desenvolvimentista, sendo bem recebida por uma grande parte da comunidade acadêmica. Outra parte recusou as diretrizes do relatório, mas muito menos em função de uma análise própria e propostas alternativas que pelos preconceitos ideológicos da época. Embora do ponto de vista da sintonia com o processo social representasse um avanço em relação ao bacharelismo, a universidade tecnocrática só foi possível pelo autoritarismo implantado nos diversos países do continente. Ela serviu de base para a alienação e distanciamento cultural entre universidade e população, tendo sido um instrumento básico do *apartheid* social que impera no continente. A reforma ligou as universidades aos modelos dos países ricos, isolando-as dos interesses das grandes massas nacionais e internacionais. Além disso, constituiu as técnicas e a mão-de-obra superior necessária para a implantação do sistema socioeconômico de segregação social.

Uma proposta alternativa foi a Universidade de Brasília. Liderado por Darcy Ribeiro, um grupo de intelectuais, competentes tecnicamente, mas culturalmente humanistas e comprometidos socialmente, teve a chance de iniciar um projeto de universidade. Em vez da difícil tarefa de reformar, puderam criar. Criação que, obviamente, não derivou da universidade tradicional - esta, aliás, via com desconfiança

tal experiência -, mas que é fruto de contribuições paralelas, e até marginais, a esta.

Darcy Ribeiro formulou um projeto no qual a universidade aliava a atividade de institutos centrais de artes, de letras e de ciências com as faculdades técnicas. Intencionava a formação de um aluno preparado para o desafio do desenvolvimento, mas cômico de seus compromissos sociais e das diversas áreas do pensamento. (4)

A experiência não poderia continuar sob o regime militar que se fez necessário para continuar a modernidade desenvolvimentista. Depois de 1964, mesmo quando outras universidades tentaram copiar o modelo da UnB, deturparam a concepção inicial e submeteram a estrutura universitária aos propósitos tecnocráticos. A própria UnB manteve grande parte da estrutura inicial apenas como fachada. (5)

O que ocorreu nas universidades latino-americanas reflete, em um período mais curto, a história das reformas universitárias no mundo. Desde sua criação, a universidade pouco mudou até a grande reforma de Napoleão, na França. Ao longo de seis séculos, esteve estruturada em faculdades - artes, medicina, direito e teologia - e baseada nas cátedras. Em vez de mudanças, nesse período houve apenas ampliação, agregando-se novas disciplinas e as respectivas faculdades, conforme o conhecimento ia avançando.

Comprometida com a aristocracia e com a Igreja, a universidade, da qual o melhor exemplo é a Sorbonne, não estava preparada para os novos tempos da revolução burguesa, técnica. Depois do caos pós-revolucionário, a universidade imperial de tipo eminentemente utilitarista e profissionalizante, segundo os ideais politécnicos de Napoleão, não foi mais do que um conjunto de escolas profissionais carentes de núcleo aglutinador, burocrati-

O que ocorreu nas universidades latino-americanas reflete, em um período mais curto, a história das reformas universitárias no mundo

A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

No processo de seleção de professores universitários, apenas o saber acadêmico adquirido na pós-graduação *intracampus* é valorizado. Há absoluto desprezo por todos os outros caminhos e métodos de conhecimento

zada e sujeita à tutela do Estado, cujos servidores ela deveria preparar. (6)

Harvard iniciou a prática dos departamentos; Gottemburg, os seminários; a Lei Morrill, aprovada por Lincoln, liberou e facilitou a multiplicação no número de universidades nos Estados Unidos, o que só ocorreu na Inglaterra a partir de 1960, com as "novas universidades". Mas foi a Universidade de Sussex, em 1961, que realizou a única reforma real, com a opção pela multidisciplinaridade e estruturação pelo sistema de "escolas de estudos"; (7) as demais reformas foram todas no sentido da departamentalização, da especialização e do utilitarismo, além da ampliação no número de aunos.

A atual transformação social exige novas reformas que permitam sintonizar seus objetivos, sua estrutura, currículos e compromissos com o futuro. Mais uma vez, está dentro da universidade grande parte das amarras que impedem estas mudanças.

A AMARRA DO CONCEITO

Ao se constituir como ponto de convergência de pensadores, a universidade foi proclamada e se autoconceituou como ilha de saber em oceano de ignorância. Ao funcionar como elemento dinâmico de geração e transmissão de conhecimento, criou um modo de saber à margem das massas incultas. Neste processo, foi aprisionada por seu conceito.

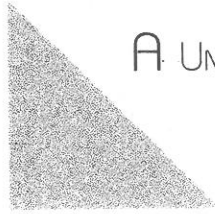
A hiberarquização do trabalho intelectual sobre o manual fez com que os universitários se transformassem em elite privilegiada, com vantagens na apropriação não apenas do saber mas, também,

através dos salários e da renda do saber, de parte da riqueza da sociedade. Para manterem este privilégio, monopolizaram o saber.

Usando este legalismo, ampliaram seu poder, repudiaram os conhecimentos criados fora dos muros da universidade: o diploma tornou-se a única chancela legal para o uso do saber e para os direitos dele decorrentes. Com o conhecimento derivado do diploma, o poder dos diplomados aumentou. Criou-se um círculo vicioso que aprisionou a própria universidade.

No processo de seleção de professores universitários, apenas o saber acadêmico adquirido na pós-graduação *intracampus* é valorizado. Há absoluto desprezo por todos os outros caminhos e métodos de conhecimento. Um economista que durante vinte anos negociou e administrou as finanças públicas ou representantes de um banco ou de uma grande empresa são tratados como ignorantes: um jovem recém-doutorado no exterior é recebido com honras de gênio.

Enquanto oferecia alternativa ao avanço mais rápido do pensamento, a universidade justificava sua exclusividade como elemento do progresso da razão. Mas, nas últimas décadas, a ciência da universidade demonstrou ser apenas uma das formas de um saber incapaz de criar a utopia prometida. Esta exclusividade perde justificativa quando o saber universitário e os egressos da universidade deixam de adquirir automaticamente privilégios; quando os formandos pelas universidades deixam de encontrar emprego fácil e salários altos; quando o valor simbólico do diploma deixa de ser a varinha de condão que transforma a posse de saber na posse de parte maior do produto econômico da sociedade; quando o saber universitário não oferece resposta para os grandes problemas que impedem a construção de uma sociedade melhor e mais bela; quando o conhe-



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

cimento racional, até por sua evolução, passa a gerar dúvidas sobre sua perfeição.

As ciências passam a ser vistas com hesitação pelos lógicos; os diplomas passam a ser contestados. O monopólio do saber começa a perder legitimidade. A dúvida paira sobre o próprio sentido da universidade, que não capta esta realidade. Mas, mesmo percebendo que já não corresponde ao que deseja, a universidade continua prisioneira da imagem por ela formulada ao longo de séculos: de fonte do único saber legítimo.

Nascida para lutar contra dogmas da época, a universidade criou um dogma: o de que todo saber não-acadêmico seria mito, e aprisionou-se neste novo mito. A concepção de universidade como ilha do saber transformou-a em ilha de reclusão intelectual. Depara-se com dificuldades para sair de si e buscar inspiração no saber externo. Não consegue fugir do papel de legitimadora de um saber contestado: então, fecha-se na tentativa de manter a todo custo o poder de ser a legitimadora do saber, e restringe seu papel basicamente a outorgar diplomas de ensino superior.

O CATIVEIRO DO MERCADO

Um dos principais elos da cadeia que aprisiona a universidade é o mercado. Desde que se transformou em elemento da produção, a universidade passou a se organizar de forma a produzir a mão-de-obra desejada pelo mercado. Abandonou o papel de formar pensadores e optou por formar profissionais e teóricos programados para cumprir papel específico na cadeia de produção.

Apesar de sua alienação em relação ao mundo das idéias, o papel utilitário da universidade funcionou enquanto o sistema socioeconômico evoluía satisfatoriamente. Quando o sistema entrou em crise e o mercado deixou de retratar as aspirações sociais e de organizar a sociedade eficientemente, a universidade demonstrou sua fragilidade e ineficiência. Em vez de enfrentar os problemas decorrentes da estrutura socioeconômica, como a fome, o desequilíbrio ecológico, as necessidades energéticas e de transportes, continuou prisioneira das exigências do mercado ineficiente - situação que se agrava nas sociedades desiguais, onde o mercado ignora os problemas das grandes massas.

Por sua vocação democrática, a universidade deseja reduzir a desigualdade, ajudar a resolver os problemas dos excluídos, mas, cativa do mercado que orienta as vocações dos alunos e as pesquisas dos professores, ela se dedica apenas às minorias privilegiadas.

OS MUROS DAS CATEGORIAS CIENTÍFICAS

Quando seu objetivo passou a ser o atendimento das necessidades do mercado, a universidade, para ser eficiente, organizou-se como unidade de produção. Criou, nos departamentos, linhas de produção para cada profissional, por categoria do conhecimento.

Nos países com maioria rica, atendendo às exigências do mercado dinâmico, que aparentemente respondia às necessidades da sociedade, os departamentos representaram grande avanço, com a organização eficiente do conhecimento. A crise acabou levando à constatação da in-

Quando seu objetivo passou a ser o atendimento das necessidades do mercado, a universidade, para ser eficiente, organizou-se como unidade de produção



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

Um jovem doutor em musicologia ganha mais e é mais reconhecido do que o compositor cuja obra ele estudou, já que este provavelmente não teve tempo para obter um título de doutor

suficiência de cada ramo da ciência para entender a realidade e para a construção de um mundo melhor e mais belo.

O produto de cada departamento continua limitado à reprodução do sistema em crise. As próprias categorias científicas começam a ser contestadas. Quando isso acontece, a departamentalização - como exclusiva forma de organização da produção universitária - deixa de ser avanço para ser estorvo do processo criativo, aprisionando a universidade.

Os departamentos aparentemente funcionam bem, dentro de cada categoria do conhecimento, mas dificultam o envolvimento do conhecimento com os problemas reais, que são multidisciplinares. A dedicação a outras atividades é vista como falta de seriedade, desperdício de tempo, dispersão. Os professores de matemática não são incentivados à prática das artes; os de artes se inibem de falar sobre ciências; os estudantes ficam presos às suas disciplinas específicas, inibindo o desenvolvimento do amplo potencial da universidade. Assim, organizam-se artificialmente os problemas de maneira a capturá-los na lógica de cada categoria do conhecimento. A saúde passa a ser identificada com a medicina; a habitação e a energia, com a engenharia; a fome, com a nutrição. Por estar prisioneira de departamentos e categorias científicas, a universidade se isola dos problemas reais.

Fora das crises maiores da sociedade, a departamentalização do conhecimento não impede o bom funcionamento da universidade porque a própria sociedade se organiza de modo departamental. Mas na dimensão da crise atual, sem a visão global do mundo, sem um enfoque multidisciplinar, torna-se impossível formular as perguntas certas. Preso dentro de cada categoria do conhecimento, cada universitário é prisioneiro de velhas perguntas.

A REDE DE TÍTULOS

Disfarçadamente, a universidade foi substituindo o respeito pelo saber por uma rígida hierarquia de títulos que funcionam como os postos da carreira militar. Em vez da necessária liberdade, vive hoje na rede de títulos que a aprisiona ainda mais do que no tempo das cátedras vitalícias. Antes, a universidade deixava a cada área a definição dos critérios de estímulo e medição do mérito necessário para atingir o posto máximo de carreira. Hoje, os postos continuam vitalícios, mas impostos de maneira arbitrária a todas as áreas da universidade, na forma dos títulos de doutor e mestre. As pessoas se incorporam de maneira vitalícia a uma hierarquia de comando conforme seus títulos, obtidos em geral em universidades estrangeiras, longe dos olhos da própria instituição interessada. Obrigam-se artistas e tecnólogos a cumprirem os mesmos pré-requisitos de titularidade exigidos nas ciências exatas.

Um jovem doutor em musicologia ganha mais e é mais reconhecido do que o compositor cuja obra ele estudou, já que este provavelmente não teve tempo para obter um título de doutor. Como professor, um grande escritor, no Departamento de Letras, ou jornalista, no Departamento de Comunicação, tem um salário inferior aos colegas doutores que tenham feito trabalhos analisando os seus textos.

Os departamentos ficam subordinados ao mesmo conceito hierárquico. Ao concentrar nos títulos de mestre e doutor a definição da hierarquia, a universidade não soube como definir o mérito nas artes e nas tecnologias.



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

Foi incapaz de criar reconhecimento para o "grande-artista", para o "engenheiro-inventor" ou para o "médico-brilhante", salvo se qualquer destes tiver se dedicado à elaboração de tese, nos moldes da física, da economia, da química.

O ESVAZIAMENTO DA IMAGINAÇÃO E DOS VALORES ÉTICOS E ESTÉTICOS

Com a unificação dos conceitos de titularidade e a imposição destes títulos segundo as áreas científicas, o poder na universidade passa a se concentrar nestas áreas, e consolida-se a tendência de priorizar as ciências em detrimento das artes. Até mesmo as tecnologias são deslocadas do centro do poder universitário.

Em lugar da diferenciação conforme o nível de conhecimento, poder de criação, capacidade de análise, de síntese e de produção do saber, a universidade mantém uma hierarquia mais entre os saberes do que entre os que dominam o saber, hierarquizando o saber consolidado e desconfiando do saber novo e original.

A consequência desta hierarquia tem sido o desprezo à prática da imaginação, a redução da preocupação ética e do sentimento estético. A universidade fica impedida de dar salto maior no conhecimento, impossível sem o uso da imaginação livre, uma vez que, nos dizeres de William Blake, "Tudo que é provado, antes foi imaginado". Sem a preocupação ética, a universidade perde consciência de sua responsabilidade e dos compromissos de seu produto; sem o sentimento estético em cada uma de suas ações, perde o sentido de si e o prazer de suas ações.

O CONDICIONAMENTO PELO MEDO

Não há maior inimigo da produção de pensamento do que o medo. Todavia poucas coisas têm estado mais presentes na universidade.

Medo do mercado

Preocupados com a obtenção de emprego e conhecedores das leis de mercado, os alunos sabem que o mais recomendável é o bom comportamento. Em vez de idéias novas e atrativas, aprendem a manejar ferramentas, com seus bem-comportados professores, para responder, sem criticar, aos problemas formulados pelos futuros empregadores.

Os alunos percebem que os colegas críticos que têm idéias próprias e são ousados podem às vezes ter sucesso, mas também podem ser rejeitados no processo. Para evitar riscos, deixam que o medo conduza a formação profissional, estudando apenas conforme o professor ensina, limitando-se a mostrar que aprenderam as lições.

Alguns professores, em geral os mais inseguros, abusam da arrogância e do poder de que dispõem como forma de se defender de outro medo: o de perder a reputação, que em parte depende dos alunos. O giz é usado como pequeno cassete branco sobre a consciência dos alunos.

Medo do Estado

Em regime ditatorial, a estes medos internos soma-se o medo do Estado e de seu aparelho repressivo, pelo seu poder de aumentar e reduzir os recursos à universidade, impor controles, censurar ou prender quem contesta. Medo que não desaparece com a democracia, onde mudam

Alguns professores, em geral os mais inseguros, abusam da arrogância e do poder de que dispõem como forma de se defender de outro medo: o de perder a reputação, que em parte depende dos alunos



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

O "medo e ódio irracional às idéias novas", que Carl Jung chama de misonéismo, é característica intrínseca do inconsciente humano. Entretanto, é imperdoável que impere no meio universitário

os instrumentos de repressão, mas continua o controle das legislações. A democracia não elimina o medo, modifica os agentes causadores e as formas de sua manifestação.

Medo da liberdade

Poucos medos são mais fortes e mais escondidos que o medo da liberdade. Sob a ditadura, o professor, o aluno, o funcionário e a administração sabem que, cumprindo as normas, respeitando os limites permitidos, ninguém perturbará sua rotina. Mas a liberdade rompe as normas e cobra mudanças.

O professor já não tem desculpas para não ter idéias, mas ainda não está preparado para manifestá-las, ou ainda não acredita na liberdade de realizá-las. O aluno, por sua vez, não tem desculpas para não exigir melhores aulas, mas ainda não aprendeu a conduzir a luta por seus direitos em sala de aula. O funcionário, que nunca teve voz, agora começa a falar, mas apenas como empregado lutando por interesses trabalhistas, sem querer participar da construção da universidade. A administração já não dispõe da ditadura para garantir sua autoridade, faltam-lhe, contudo, instrumentos para cobrar, exigir, conduzir a universidade às mudanças que todos desejam, mas temem.

Sem as normas de antes, a universidade fica desnordeada. Para sobreviver de forma menos arriscada, amedrontasse, como se não tivesse liberdade. Não podendo negar que a liberdade existe, cada um se angustia por não ter desculpas para não usá-la na realização das mudanças pelas quais tanto luta, das reformas que tanto planeja, ou na construção da universidade que diz desejar. Vem daí o medo da própria liberdade e o desejo inconsciente de que ela não exista.

O medo se agrava por razões psicológicas. O fim da ditadura libera as condições, elimina a ternura protetora que os perseguidos desenvolvem entre si. Surge o vazio nostálgico das alianças que desaparecem quando expostas à liberdade.

Medo da crítica externa

Em vez de usá-la como alerta para auto-análise e autocrítica, a academia vê a crítica externa como fruto de conspiração e má vontade. Ao ser criticada pelos setores da imprensa, do governo, por empresários e sindicatos, a universidade, em vez de descobrir se há verdade nas denúncias, e usar esta descoberta para transformar-se, prefere defender-se tomando-as necessariamente como falsas.

Este temor à crítica não decorre da costumeira arrogância que a faz sentir-se superior. Decorre do medo das consequências que estas críticas terão, medo de que elas levem a mudanças que ameaçarão privilégios adquiridos dentro da cômoda vida acadêmica.

Medo do novo

O "medo e ódio irracional às idéias novas", que Carl Jung chama de misonéismo, é característica intrínseca do inconsciente humano. Entretanto, é imperdoável que impere no meio universitário, porque a instituição que busca o avanço das idéias só deve existir com o propósito de inovar as idéias. Apesar disso, talvez em nenhuma outra instituição haja tão grande horror às novas idéias como na universidade atual.

Nas demais instituições, o medo do novo vem do imprevisível. Na universidade, vem do medo de errar e do medo do ridículo, da "síndrome de Salamanca". Isso ocorre em grande parte porque os universitários estão presos à platéia interna da universidade, ao seu local acadêmi-



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

co e ao seu imediatismo, que amarram as idéias ao horizonte limitado das teses recentes. O acadêmico prefere o aplauso seguro dos pequenos avanços teóricos ao risco dos grandes saltos no pensamento.

Esses medos criam amarras imperdoáveis entre intelectuais, porque o erro e o ridículo são inerentes e inevitáveis em toda nova idéia que faz o pensamento avançar. Muito mais que as terríveis mas estimulantes ameaças da ditadura, o acadêmico se assusta com a hipótese de sua proposta ser ridicularizada e se inibe. Usa a mesma autocensura que o protegia dos serviços de informação nos regimes autoritários mas de forma mais grave, porque mais definitiva e conveniente, e se acomoda na viciosa, lenta, cuidadosa e cômoda carreira acadêmica. Um exemplo disso está nos cientistas sociais de pensamento marxista, que tinham a louca coragem pessoal de enfrentar a repressão policial, mas não a coragem intelectual de contestar as próprias idéias oriundas de Marx.

Este medo é trágico para a liberdade dos universitários e para o seu papel de geradores de saber, porque, sem o risco do erro, do ridículo, da loucura, das grandes hipóteses, muitas delas sem qualquer futuro científico, a universidade se limita ao papel de sistematizadora do pensamento anterior. Lamentavelmente, o medo do novo está disseminado e fortalecido na estrutura acadêmica, que prefere atribuir mérito às idéias consolidadas.

A REPULSA A REFORMAS

O medo do novo atinge as raízes do pânico, quando se trata do novo em relação a mudanças na própria universidade. Mais que qualquer outro, este medo é a principal razão da crise na universidade.

Descontente consigo, mas temerosa de ensaiar mudanças, a comunidade universitária cai numa trágica e duradoura frustração depressiva. Fenômeno comum a qualquer comunidade, uma vez que todas tendem a manter as normas que lhe dão estabilidade. No caso da universidade, o conservadorismo apresenta algumas características especiais. Os conservadores são pessoas que defendem o *status quo* por estarem - e assim reconhecem - satisfeitos com a ordem estabelecida. Na universidade, porém, a comunidade manifesta insatisfação com a ordem, mas reage contra qualquer proposta de mudança. O conservadorismo na universidade não tem a coerência do resto da sociedade. Os conservadores impõem ideologia consistente, reagindo contra toda mudança. Na universidade, muitos dos mais arraigados defensores do *status quo* acadêmico são defensores de reformas e revoluções nos costumes, na economia, na vida social e na política, mas, reacionariamente, reagem contra qualquer mudança na estrutura acadêmica. Elaboram os mais radicais discursos sociais e mantêm um refinado e aristocrático compromisso com a elite. Setores da esquerda na universidade passam a ver o *status quo* acadêmico como fruto de conquistas políticas que, por isso, deveriam ser imutáveis. Veem a democracia interna como fim e não como meio para servir à sociedade.

A proposta de reformas ameaça desnudar esta dicotomia. Os professores da esquerda conservadora, da aristocracia revolucionária, do mundo acadêmico ficam assustados com a busca de reformas no conteúdo dos cursos, como, por exemplo, aproximar a arquitetura dos problemas da habitação popular, a engenharia mecânica das dificuldades do transporte urbano, a nutrição à fome, a medicina à realidade das favelas ou comprometer a teoria econômica com a busca de soluções aos problemas reais e atuais, nos limites do possível.

Os
professores
da esquerda
conservadora,
da aristocracia
revolucionária,
do mundo
acadêmico
ficam
assustados
com a busca
de reformas
no conteúdo
dos cursos,
como, por
exemplo,
aproximar a
nutrição à
fome



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

O professor reclama do desconforto, não quer superar as dificuldades aumentando a carga horária, reage a novas funções sem gratificações adicionais, dedica tempo crescente às atividades pessoais e àquelas voltadas à aposentadoria

Os novos estatutos, saídos de administrações progressistas e da participação da comunidade, mostram este conservadorismo. Poucos dos novos estatutos fizeram algo mais que combinar a estrutura anterior com as novas conquistas da democracia interna. Raros incorporaram elementos que facilitem as mudanças que estão ocorrendo no pensamento mundial em direção a novos paradigmas. Em alguns casos, como na Universidade de Brasília, apesar da linguagem democrática e social, o novo estatuto chega ao conservadorismo acadêmico de impedir reformas futuras, com um artigo que praticamente inviabiliza o surgimento de estruturas novas.

É possível que nos próximos anos estejam nas universidades brasileiras alguns dos mais conservadores focos de resistência às reformas que o país necessita. É possível que segmentos do setor empresarial, por interesses econômicos e por dificuldade de emigrar, venham a apoiar mais facilmente as reformas sociais do que o fazem os professores universitários.

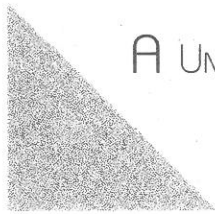
Se isso pode ser tolerado em outros setores, a posição conservadora é uma prisão ameaçadora em uma instituição cujo compromisso com o saber é sinônimo de sintonia com o futuro. Se a universidade não romper com seu conservadorismo, será destruída para só depois ser reconstruída em um novo momento da história - o que já ocorreu em outros países, cujo melhor exemplo é a França, onde a revolução de 1792 fechou a Sorbonne, por ser uma escola voltada para o regime antigo.

O ESGOTAMENTO ETÁRIO

Em um país onde as instituições são recentes, elas tendem a apresentar a mesma idade de seus funcionários. Como não há ainda muitas gerações de servidores, a renovação ocorre lentamente, fazen-

do com que envelheçam com a geração que as iniciou. No Brasil, este fato vem ocorrendo com diversas instituições, criadas quase todas nos anos 60 e consolidadas nos anos 70. A universidade não foge à regra. A maioria de seus principais quadros ingressou como professor com menos de trinta anos de idade, no final dos anos 60 e começo dos 70. Vinte anos depois, esta população perdeu parte da motivação pioneira daquela época, em processo de envelhecimento social.

O mais grave é que houve o natural envelhecimento dos hábitos de indivíduos maduros, sem que se tenha verificado evolução equivalente no amadurecimento das idéias e teorias. O professor já não aceita as condições que aceitava quando jovem. Reclama do desconforto, não quer superar as dificuldades aumentando a carga horária, reage a novas funções sem gratificações adicionais, dedica tempo crescente às atividades pessoais e àquelas voltadas à aposentadoria. Ao mesmo tempo, em consequência da perplexidade externa, não assume o processo de reciclagem de acordo com as exigências da dinâmica do mundo moderno. Reage a criar, a desenvolver e, às vezes, até a incorporar as novas idéias e conceitos que a própria crise gera. Para complicar ainda mais, o grupo que não envelheceu no acomodamento político não amadureceu seus métodos e continua no exercício de prática política com métodos estudantis. Adquire o lado indesejável do envelhecimento, sem atingir o lado positivo do amadurecimento, que a idade em geral traz. Vira caricatura de comportamento juvenil controlado por compromissos de adultos. Exemplos disso são os assistemáticos debates em reuniões e assembleias, onde, diferentemente dos estudantes com total disponibilidade de tempo, os assistentes têm filhos para buscar, problemas a resolver, relatórios de pesquisas a concluir. A solução seria a opção por amadurecimento geral ou radical rejuvenescimento. No



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

caso do Brasil, o amadurecimento significaria a paralisação. As dificuldades, a falta de recursos, a dinâmica do processo social brasileiro e das idéias do mundo exigem que a universidade rejuvenesça seus quadros. Entretanto, não é fácil. A própria prisão geral e os vícios oriundos da idade dos professores dificultam o rejuvenescimento. As poucas novas vagas que as universidades conseguem, os atuais professores querem preencher abrindo concursos sobretudo para professores que já tenham titularidade, o que significa idade. Para dificultar o rejuvenescimento, a política salarial tem sido prejudicial, especialmente para os níveis mais baixos da carreira.

Os últimos anos trouxeram para a universidade brasileira a pior das situações: uma renovação caótica. Presa na armadilha que uniu as políticas de aposentadoria precoce com governos imprevisíveis, a universidade federal viu-se diante da saída em massa de alguns de seus quadros mais brilhantes e experientes. Os novos professores foram improvisados.

Como isso não bastasse, os jovens professores às vezes se comportam como se fossem mais velhos do que os velhos; querem imitá-los nos títulos, querem reproduzir suas idéias. A hiearquia de títulos, reproduzida pelos jovens professores, impede a renovação acadêmica, mesmo quando se consegue uma renovação etária.

A ASFIXIA DA AVERSÃO À DÚVIDA

Uma das fontes de medo na universidade vem do fato do incentivo da medição de performance dar-se pela manifestação de certezas, sem qualquer elogio à

dúvida. A universidade dividiu-se no maniqueísmo dos "a favor" e dos "contra" qualquer idéia. Todos sem análises, dúvidas ou considerações. Nos critérios de promoção e respeitabilidade universitária, a mais simplória manifestação de certeza na repetição de idéia antiga tem mais valor do que a mais inteligente manifestação de dúvida sobre ela.

Os mecanismos epistemológicos transmitidos aos acadêmicos em suas formações, o método de exames, provas e notas por respostas seguras, se possível por múltipla escolha, decoradas de textos anteriores, instaurou a aversão à dúvida, vista como sinônimo de ignorância. A busca de certeza passou a ser vista como o método excelência do aprendizado e da prática de avanço no conhecimento.

Nos momentos de crise do pensamento e sempre que a universidade deseja ser elemento de avanço, ela tem de assumir e prestigiar a dúvida, porque a vanguarda não se faz pela apresentação de respostas novas, mas sobretudo por novas perguntas que surgem da dúvida radical. Ao aprisionar-se na ilusão das certezas, a universidade, como todo o sistema escolar, aprisiona o espírito criativo. O professor José Lutzemberger cita Einstein ao dizer que o gênio está nas crianças de até cinco anos, formulando novas perguntas, e morre nas escolas e nas universidades, ao imporem a todos as mesmas perguntas e crença cega ao ensino transmitido.

A CASAMATA DA ANÁLISE

No seu maravilhoso livro *Science and the Modern World*, Alfred N. Whitehead diz:

Os
mecanismos
epistemológicos
transmitidos
aos
acadêmicos
em suas
formações
instaurou a
aversão à
dúvida, vista
como
sinônimo de
ignorância



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

Se o mundo muda, na universidade ele será considerado em sua forma antiga, até que algum teórico descreva o novo

"É a união da paixão dos detalhes com a devoção pelas generalizações que formam a novidade (intelectual) dos tempos modernos... O principal papel da universidade é transmitir esta tradição como uma herança de geração para geração." (8)

Mas não é isso o que tem acontecido nos últimos tempos. A tradição da universidade tem sido mais de análise dos detalhes abstratos do que de síntese na formulação de novos sistemas gerais. Se a análise permite ajustes teóricos, ela não permite saltos paradigmáticos. A gravidade da crise no entendimento e na funcionalidade do mundo em cada área do conhecimento tem causa menor nas dificuldades internas de cada área do que na relação entre as áreas, e entre estas e o mundo real.

As soluções dos problemas funcionais da sociedade, que eram encontradas nas análises da engenharia, da medicina, do direito, exigem hoje mais do que análises específicas de cada área. Requerem uma visão global dos problemas e das relações entre todos os problemas. O transporte urbano, por exemplo, não é mais um problema da eficiência dos motores dos automóveis e ônibus, mas o resultado de uma crise urbana, ecológica, jurídica, da saúde, da energia etc. Porém, a universidade continua formando e deformando seus técnicos com a mesma forma dos anos em que a existência de um sistema socioeconômico eficiente permitia o luxo epistemológico da segmentação analítica dos problemas.

O avanço da epistemologia moderna mostra, como nos trabalhos de Gregory Bateson, que o entendimento de cada coisa se deve mais ao resultado da observação das relações entre coisas e fenômenos do que a ela em si. Isso vai exigir uma revolução na organização do pensamento e da universidade que a comunidade acadêmica se recusa a fazer.

A RECLUSÃO PELO PAVOR DO REAL

Em seu livro *Are You Working Mr. Feynman?*, o Prêmio Nobel de Física Richard Feynman narra sua experiência como professor no Rio de Janeiro nos anos 50. Conta que os estudantes brasileiros eram capazes de saber tudo o que ele dizia ou estava nos livros, mas incapazes de relacionar o aprendizado ao mundo real. Nestes quarenta anos, pouca coisa mudou. Um aluno pode fazer tese de mestrado sobre mecânica dos fluidos e, ao ser questionado sobre o que acontece dentro do tubo de encanação, esquecer que a água é um fluido.

O professor Bautista Vidal conta que a mesma pergunta foi feita a um grupo de crianças e a um grupo de estudantes de biologia em uma universidade brasileira: quantas patas tem uma lagarta? Os universitários foram procurar a resposta nos seus livros, as crianças foram ao quintal e contaram o número de patas da primeira lagarta que encontraram. Elas tinham consciência de que as perguntas teóricas têm algo a ver com o real. Na universidade, quando crescerem, serão levadas a quebrar a relação entre teoria e prática e a pensar no mundo como um produto dos livros. Como consequência, só verão aquilo que alguém escreveu. Saberão tudo o que os textos de biologia dizem sobre plantas, mas não perceberão que a universidade tem um jardim. Se virem uma planta nova, em vez de catalogá-la, acharão que ela não existe.

Se o mundo muda, na universidade ele será considerado em sua forma antiga, até que algum teórico descreva o novo. Esta relação enviesada é fruto da defesa das teorias. Para evitar que elas se desmanchem no ar ao serem confrontadas com a realidade, a universidade opta pelo autismo, pelo diálogo consigo própria. A melhor maneira de legitimar este com-



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

portamento é esnobar o real, tratá-lo como forma menor de fenômeno.

Além do comodismo, é em grande parte por isso, para fugir e proteger-se do real, que a comunidade universitária muitas vezes repudia associações com empresários e sindicatos e relega a segundo plano as atividades de extensão. Nos países chamados de subdesenvolvidos, a universidade sofre outro tipo de repulsa ao real: vergonha dele. A consciência do privilégio que é a vida universitária em relação às favelas, visto em fotos "engajadas" dispostas nas paredes dos estúdios e laboratórios da academia, faz o universitário preferir esquecer a realidade que o cerca.

Em uma visita ao prédio onde funcionam os cursos de ciências sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no centro da cidade, um conferencista ficou surpreso quando ao falar sobre marginalidade e exclusão social diante de um público atento e comprometido, descobriu que nenhum dos alunos presentes havia percebido com espírito científico a existência de uma família que morava na calçada, sob um papelão, encostado à parede do prédio da universidade. Os alunos conheciam todas as estatísticas sobre a pobreza no Rio e no Brasil, mas passavam pela realidade sem a menor curiosidade.

A ALIENAÇÃO PELA PERDA DO SENTIMENTO DRAMÁTICO

No Ocidente, o saber surge do sentimento e gosto dramático entre os pensadores gregos. Para eles, conhecer não era apenas desnudar o objeto estudado, era mergulhar no drama de sua existência, era perceber o lado trágico do processo que cada um vivencia

no cosmo. E, ainda mais, era sentir o drama da relação entre o objeto e o estudioso.

Ao perderem este sentimento, os universitários perderam a capacidade de se emocionar diante do trabalho que realizam. Substituíram tragédia e drama por um saber burocrático, a emoção pela carreira, deixando de sentir prazer com o trabalho.

O curso de geografia ensina os fenômenos geográficos como se fossem apenas registros teóricos. Com isso, elimina-se a emoção do contato com o objeto. O estudante decora os nomes de todos os afluentes do Amazonas, mas possivelmente não irá emocionar-se no dia em que puser a mão na água de um deles. A biologia passa a ser taxonomia e análises; a medicina é ensinada como uma autópsia em pessoa viva. Mesmo nas áreas das artes, o ensino tende a eliminar ou ao menos reduzir o espaço da emoção. Perde-se assim a dimensão do drama do processo de aprendizagem e entrava-se o avanço do conhecimento.

A TORRE DE MARFIM DA LINGUAGEM

É estranho que uma instituição nascida para promover o pensamento, e portanto a linguagem, torne-se depois prisioneira de sua maneira de falar. Foi o que aconteceu, na medida em que o aprofundamento do saber tem sido sinônimo de desenvolvimento da linguagem específica de cada área. Mas, neste desenvolvimento, a universidade privilegiou seu lado perverso: a linguagem hermética para dificultar o entendimento, colocar o orador no

É estranho
que uma
instituição
nascida para
promover o
pensamento,
e portanto a
linguagem,
tome-se
depois
prisioneira de
sua maneira
de falar



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

O culto à melancolia entre os intelectuais desde o século XVIII e a amargura dos revolucionários no século XIX deu origem à idéia de que a atividade universitária exige uma carranca de tristeza.

pedestal, protegê-lo das críticas, dar-lhe o monopólio do conhecimento e todos os direitos e privilégios daí decorrentes. Um exemplo disso é que, até os anos 60, o Brasil tinha intelectuais lidos por um público não-acadêmico. A partir da academiização do pensamento, criou-se uma rigidez linguística que afastou o autor não apenas do meio não-acadêmico, mas até mesmo de todos aqueles que não são especificamente de sua área de conhecimento.

Hoje, na universidade, escrever inteligentemente, alguns dizem inteligentemente, é visto com desconfiança pelos pares. O problema não é apenas brasileiro. A universidade brasileira apenas imita o intelectualismo da universidade em todo o mundo, especialmente o da norte-americana, onde autores como Carl Sagan, Fritjof Capra, J. K. Galbraith são vistos com reservas pelos colegas de suas áreas, entre outras coisas pelo que é chamado de vedetismo, por escrever para o grande público. (9)

Com o tempo, a linguagem hermética da universidade afastou-a dos não-iniciados, levando-a ao isolamento de quem esqueceu como as pessoas se comunicam. Assim, ela perde legitimidade diante do conjunto da sociedade. Ainda mais grave, fica prisioneira de sua linguagem hermética, incapaz de intercambiar e enriquecer-se com a linguagem externa. Exemplo disso ocorre na área da economia. Todos os conceitos tradicionais - riqueza, valor, desenvolvimento - começam a ser postos em questão na sociedade, mas a universidade, prisioneira da linguagem velha e isolada, reage a conviver com a crítica e resiste em evoluir para uma nova linguagem.

O BLOQUEIO PELO APEGO À ROTINA

Muitos universitários, professores, alunos e funcionários, com medo das mudanças, temendo não se adaptar às exigências do novo, com receio de que novos quadros ocupem as posições de vanguarda, preferem esconder-se na rotina. Este apego à rotina cria uma psicologia que aprisiona a universidade a si própria.

Mesmo quando a comunidade se mobiliza, é com finalidades específicas e limitadas. Empreende justa luta sindical por melhores salários, mas sem autocrítica em relação ao valor de seu trabalho; luta por mais verbas, mas sem a defesa de um plano inovador de sua aplicação; luta por corretas palavras de ordem, como "ensino público e gratuito", mas com nível de abrangência que impede a formulação de propostas concretas; luta corretamente contra propostas externas que tentam deformar a universidade, mas sem elaborar, e às vezes recusando, as necessárias reformas.

A comunidade universitária não se articula de forma generalizada, seja pela absoluta rotina das tarefas, com os mesmos instrumentos e propósitos, seja, no caso dos mais criativos, pela dedicação ensimesmada a trabalhos de pesquisa e docência, sem militância universitária na procura de mudar a estrutura da universidade. Em vez da mobilização pela construção de uma nova universidade, a paralisação.



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

A DEPRESSÃO PELA PERDA DA SEDUÇÃO E DO HUMOR

O culto à melancolia entre os intelectuais desde o século XVIII e a amargura dos revolucionários no século XIX deu origem à idéia de que a atividade universitária exige uma carranca de tristeza. A palavra seriedade tanto pode significar quem não-ri como quem-é-rigoroso-no-trabalho-intelectual. Esta identidade terminou criando uma aversão ao humor entre os intelectuais, como se não fosse possível demonstrar alegria ao mesmo tempo em que se produz com rigor.

Mas, ao longo de sua história, uma das características da universidade foi seu enorme poder de sedução sobre a juventude. Para os jovens, a universidade nunca foi apenas uma meta, mas uma aventura a ser vivida: o caminho ideal para a conquista do mundo.

O universitário sempre foi um jovem orgulhoso de seu *status* pessoal. Nos últimos anos, a perda do *status*, a pulverização dos cursos, o risco do desemprego, a aprovação quase automática nas diversas disciplinas, o ensino massificado, a consciência da situação de *apartheid* em relação às massas provocaram a perda do poder de sedução da universidade. A perda da sedução fez o estudante ver a universidade como aborrecida parte de sua vida a ser cumprida com paciência, sem mobilização, interesse ou participação; sem a dimensão dramática da aventura.

Como qualquer instância social, nos momentos de evolução a universidade vive em euforia e tem mística. Nas crises, cai no pessimismo. Ao perderem a clareza do papel utilitário, ao perceberem a crise da instituição, ao compararem seus salários com os de profissionais menos preparados, e ao

sofrerem de forma generalizada os efeitos do envelhecimento, os professores esquecem o *élan* e caem no pessimismo.

Não seria absurdo dizer que hoje muitos professores e alunos não acreditam em propostas novas e até mesmo desejam, no íntimo, o fracasso de qualquer inovação. Como consequência, a universidade perde a alegria e o entusiasmo que deveriam caracterizá-la.

Como causa e efeito, a tristeza dificulta a formação de grupos, a consolidação de amizades e a militância - em todos os sentidos -, aprisionando a universidade e impedindo-a de ser elemento de criação da liberdade e local de prazerosa prática desta.

Sob as ditaduras, a falta de alegria era compensada pelo heroísmo da resistência contra o autoritarismo. Na democracia, porém, é apenas cadeia adicional de aprisionamento.

O BLOQUEIO PELO COMPLEXO DE INFERIORIDADE

A comunidade universitária foi aos poucos sendo influenciada pelas idéias negativas que dela fazem, passando a sofrer de complexo de inferioridade.

Além disso, o fim da ditadura e a lenta tomada de consciência da brusca estratificação social fazem a universidade perceber seu isolamento em relação às grandes massas; cerca seus campus, defende privilégios. A luta pelo impeachment foi a única luta recente da universidade que não teve um propósito de defender algum tipo de privilégio específico dos membros de sua comunidade, como as greves por salá-

Como
qualquer
instância
social, nos
momentos de
evolução a
universidade
vive em
euforia e tem
mística. Nas
crises, cai no
pessimismo



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

É preciso incentivar, ao máximo, o respeitoso confronto de idéias. Isso exige comportamento inteiramente diferente dos que atualmente vigoram na universidade

rios. Por isso, mobilizou-se com prazer e aventura: sem isolamento, com solidariedade social.

Esta situação não seria grave se demonstrasse ser transitória. Lamentavelmente, não é esse o caso. A universidade parece hoje caminhar mais em direção à explicitação de sua opção pelas minorias ricas que pela criação de um saber que seja capaz de construir um mundo melhor e mais belo para todos os seres humanos.

A CAMISA DE FORÇA DA MESMICE

Nada impede mais o crescimento do aluno do que o professor cuja aula se transforma em bonitas e eficientes apostilas para que ele passe nos exames, substituindo o método de descoberta pelo discurso da memória. Nada pode fazer o aluno crescer mais do que o professor que o ensina a fazer perguntas, orienta-o na descoberta e no uso de métodos que façam avançar o entendimento.

A repetição de textos decorados aprisiona a universidade. Os alunos, ao se concentrarem no desenvolvimento do potencial mimético, se descuidam do entendimento. Relegam o sentimento, a intuição e a compreensão em favor da pura e simples "decoreba". Isso impede os alunos de desenvolver a própria criatividade.

Percebendo que seus alunos se limitavam à anotação e posterior repetição do que ouviam, uma professora da Universidade Federal da Bahia preparou uma aula com noções sem sentido. Durante vinte minutos deu sua aula para a atenta e cuidadosa platéia de alunos que copiavam tudo que ela dizia. Quando não mais resistiu à farsa, a professora chamou os alu-

nos à realidade, mostrando-lhes a quantidade de asneiras que deliberadamente tinha exposto. Para sua surpresa, dois ou três alunos continuaram anotando suas últimas considerações. Os demais, atônitos, esperavam que ela "voltasse" aos assuntos do curso. A partir de então melhorou o curso, com mais participação dos alunos.

O professor-pensador não surgirá enquanto não se perceberem a transitoriedade e a fragilidade de qualquer "perfeição" e a necessidade de fazer as idéias avançarem pelas dúvidas e contestações que eliminem a mesmice.

A PATRULHA DO PRECONCEITO IDEOLÓGICO

Especialmente na área das humanidades, mas não apenas nela, é raro um professor comparecer à conferência de colega do qual discorda em relação ao tema a ser debatido. Evita-se comparecer à conferência de expositor que não diga exatamente o que os assistentes gostariam de ouvir. Os conferencistas, em sua maior parte, também não gostam de ter ouvintes que discordem e façam perguntas contestatórias. No conjunto, expositores e assistentes só se encontram com a motivação básica do aplauso. Este comportamento é uma forma de suicídio acadêmico, além de ser, muitas vezes, prova de covardia intelectual.

Em vez de sintonia de idéias preconcebidas, é preciso incentivar, ao máximo, o respeitoso confronto de idéias. Isso exige comportamento inteiramente diferente dos que atualmente vigoram na universidade.



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

É preciso que alunos e professores percam a preferência pelo monólogo e assumam a procura do enfrentamento teórico, através do diálogo firme, mas respeitoso, entre posições divergentes.

A MORDAÇA DO INDEX E DO MODISMO

Como consequência destes monólogos, a universidade oscila entre o *index*, que veta as idéias suspeitas pela novidade contrastante com as consolidadas teorias de seu estabelecimento, e o modismo, que abre espaço fácil à divulgação de toda idéia que adquiere status de nova teoria.

A análise das publicações das editoras universitárias, das revistas acadêmicas e das indicações bibliográficas dos professores mostra claramente a recusa do que é indexado pelo estabelecimento acadêmico e a preferência pelos temas e posições que fazem parte da moda.

A CADEIA DO ESTADO

Quando surgiu, apesar do apoio de príncipes, a universidade formava uma corporação de professores e alunos, independente do Estado. Na medida em que assumiu papel utilitário, passou à proteção do Estado e submeteu-se às normas definidas por ele.

Enquanto o Estado tem a legitimidade de um sistema socioeconômico eficiente e a universidade cumpre seu papel na busca de maximizar esta eficiência, há casamento feliz entre universidade e Estado. Este último oferece recursos à uni-

versidade, que consegue elaborar propostas para aperfeiçoar e fazer avançar a eficiência do sistema. As normas definidas pelo Estado são aceitas e até respaldadas pela própria universidade.

Com a crise, o casamento se rompe por duas razões simultâneas: o Estado, sem recursos e sem ver papel preponderante para a universidade, corta-lhe o apoio financeiro; e a universidade, sem recursos e percebendo a crise, passa a contestar o sistema, mas continua prisioneira do Estado. Quando mais necessita de liberdade para encontrar novo rumo, a universidade continua e até busca continuar prisioneira de normas que, além de arcaicas, não devem aplicar-se igualmente a todas as universidades; por sua vez, o Estado amplia suas regulamentações, na mesma proporção em que reduz os recursos.

Contraditoriamente, a própria comunidade acadêmica tende, nos momentos de crise, à prática de defesa da submissão ao Estado, com o sacrifício imediato da autonomia universitária. As comunidades das universidades federais, no mesmo momento em que lutavam pela liberdade de eleger o reitor, fizeram longa greve para que o plano de cargos e salários fosse unificado e isonômico. Incongruente, lutava-se pela autonomia de escolher o dirigente e pela perda de autonomia para que a universidade definisse uma parte fundamental de sua estrutura acadêmica, seu quadro de pessoal. A lógica da incongruência está em que os dois objetivos foram buscados como parte de um propósito corporativo, em vez de acadêmico.

Outro exemplo disso está na ânsia de se elaborarem estatutos, quando o momento é de liberar a universidade para tentativas e ensaios de organização.

Enquanto o Estado tem a legitimidade de um sistema socioeconômico eficiente e a universidade cumpre seu papel na busca de maximizar esta eficiência, há casamento feliz entre universidade e Estado

A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

O governo controla a universidade com normas que, em vez de defenderem a lisura da administração, impedem a universidade de utilizar seus poucos recursos de forma mais eficiente.

A ATRAÇÃO PELO LOCAL

Buscando o saber universal, nenhuma universidade consegue ser livre da amarra derivada de sua localização geográfica. Quando esta amarra é bem-administrada, a universidade a transforma em compromisso com o seu meio e sai beneficiada. Mas quando cai no regionalismo e no provincianismo, que impedem os saltos de criação intelectual e enriquecimento da própria comunidade local, torna-se irremediavelmente prisioneira.

Nas grandes cidades, a arrogância conduz ao radical provincianismo da auto-suficiência e da ignorância de desconhecer o resto do mundo. O acadêmico dos grandes centros urbanos termina limitando o horizonte de suas preocupações aos limites de sua cidade, às ruas do bairro onde está a universidade e aos bares da moda. Quando a universidade é de região pobre, a situação se agrava, porque os acadêmicos caem no provincianismo dependente, muitas vezes ridiculamente imitativo da vida acadêmica dos países e regiões ricos.

Para ser um instrumento de salto no saber universal, a universidade não deve desligar-se do seu meio. Deve tirar do local a motivação para a universidade.

O PESO DO ENTULHO ADMINISTRATIVO

Os novos processos políticos estão eliminando o entulho autoritário nas universidades, mas não conseguiram supe-

rar os entraves administrativo-burocráticos que emperram o funcionamento delas.

Durante anos, houve separação radical entre atividades administrativas e acadêmicas. A auréola de autoritarismo que coroava os administradores permitia que este divórcio não atrapalhasse o funcionamento administrativo das instituições. Centenas de normas externas e internas regularizavam o funcionamento universitário, com os administradores cobrando e os alunos e funcionários cumprindo.

O costume de funcionar sob regime autoritário fez com que parte da comunidade entendesse as mudanças de duas maneiras: alguns acreditam que nada mudou e mantêm-se assustados com chefes e direções, especialmente com o reitor; outros confundem liberdade com liberalidade. Os primeiros comportam-se de forma negativa porque, contraídos, tensos, temerosos, não desenvolvem a potencialidade do processo democrático. Os demais confundem o conceito de liberdade, desprezando os compromissos sociais maiores com a comunidade nacional e com a instituição. Passam a ter comportamento e liberalidade individuais, que podem gerar o caos, dificultando a eficiência do processo democrático e, ao final, inviabilizando a própria liberdade, porque a instituição termina optando pelo autoritarismo como forma de sobrevivência. As sucessivas greves transformaram-se em grande entulho administrativo, dificultando qualquer possibilidade de êxito de toda proposta de construção da universidade.

Com o fim do autoritarismo, deveria surgir um clima de mútua confiança que permitisse suprimir muitas normas e condições, já que o processo democrático e a transparência são em si elementos suficientes de controle. A falta de confiança impede a administração de livrar-se do



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

emaranhado de normas, regulamentos, papéis, assinaturas, que continuam impedindo a flexibilidade, emperrando seu funcionamento e grande parte do poder de criação das universidades. Este fenômeno, presente em todos os segmentos do setor público, é ainda mais grave nas relações do Estado com a universidade, diante da desconfiança contra acadêmicos. O governo controla a universidade com normas que, em vez de defenderem a lisura da administração, impedem a universidade de utilizar seus poucos recursos de forma mais eficiente. Se seguir ao pé da letra as normas atuais, nenhuma universidade brasileira consegue funcionar eficientemente e crescer.

O problema não decorre apenas da relação com o Estado. Internamente, há forte desconfiança da comunidade para com a administração e vice-versa. As normas se mantêm, de um lado e de outro, com a mesma desconfiança de antes. A administração não consegue descentralizar como deveria o uso dos recursos, nem permite a flexibilidade para que os departamentos tomem suas decisões. Uma das maiores dificuldades decorre da aversão da maioria dos professores pela função administrativa. Se é louvável, na carreira acadêmica, demonstrar preferência pelas atividades-fim, o corpo docente, passado o divórcio administração-professores, tem de assumir funções administrativas e cumprí-las estritamente dentro dos prazos.

Parte dos professores, no entanto, não leva a sério a importância destas funções e não cumpre as normas e prazos com a seriedade necessária. Muitos nem ao menos aceitam ocupar funções administrativas e sentem-se descomprometidos com tudo que se relacione à administração, limitando-se a exercer o direito

de reclamação. Agindo assim, estes professores impedem o funcionamento eficiente da administração. O autoritarismo já não existe, mas o senso de solidariedade e responsabilidade administrativa ainda não o substituí.

A universidade fica prisioneira de sua própria indefinição.

O REDEMOINHO DA CONJUNTURA

Nos últimos anos, os reitores quase não puderam dedicar-se a pensar, agir, administrar e formular propostas para a universidade. A maior parte do tempo tem sido gasta na solução dos problemas criados pelas crises conjuntural do Estado brasileiro. Neste período, todas as reuniões de reitores tiveram como principal razão problemas de planos de cargos e salários ou tentativas de superar as dificuldades crescentes por medidas governamentais e cortes de verbas.

Com a inflação, é impossível manter professores e funcionários contentes com seus salários. Cada vez que um reitor se atreve a criar um projeto, faltam recursos. Se ele os obtém, em pouco tempo a inflação os torna insuficientes, ou alguma lei tenta impedi-lo de usá-los. Administrar uma universidade, hoje, é como construir um edifício durante um terremoto, sem dinheiro, com dificuldades para encontrar ferro e cimento e com a meteorologia ameaçando tempestades. Uma permanente instabilidade de normas aprisiona a universidade, tentando impedi-la de funcionar, de crescer, de se transformar.

Uma
permanente
instabilidade
de normas
aprisiona a
universidade,
tentando
impedi-la de
funcionar, de
crescer, de se
transformar



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

Se
conhecessem
a história das
universidades,
os
professores e
alunos,
saberiam que
durante cem
anos Oxford
funcionou sem
ter ao menos
uma sala
própria

A MURALHA DO CORPORATIVISMO

O movimento docente foi o elemento básico da libertação da universidade contra o autoritarismo, condição fundamental para a transformação da universidade. Mas, como ocorre sempre com quase todos os grupos revolucionários, tão logo liberou a universidade, o movimento docente aprisionou-a em seus interesses e mecanismos.

Ainda que tenha sido a forma medieval de administração universitária, no mundo contemporâneo, em um momento de clara mutação civilizatória entre o apartheid e novos propósitos, a administração corporativa funciona como um freio ao trabalho da universidade.

Ao ser elemento-chave da conquista da liberdade acadêmica e do processo democrático dentro da universidade, o movimento docente corporativo passou a ser um freio para as mudanças necessárias. Na universidade, o corporativismo deixa de ser apenas um elemento anti-social, como ocorre em outros setores da sociedade, para se transformar em amarra da sua própria liberdade.

A BARREIRA DO DESPREZO À HISTÓRIA

Os militares, os diplomatas, cada profissional dá mais valor à história da instituição à qual pertence do que os professores universitários à história da universidade em geral e daquela onde trabalha.

Este desprezo decorre, em parte, da visão departamentalizada, que vê a curiosidade histórica como uma obrigação de

historiadores e um exotismo extravagante e pouco sério quando exercido pelos professores das demais áreas. O desprezo pela história dificulta o entendimento e a travessia da crise.

Sem conhecer as dificuldades e a história heróica do início de cada universidade, os acadêmicos caem no desânimo, exigem recursos indisponíveis para executarem seus serviços e mais ainda para iniciarem novas aventuras.

Na Universidade de Brasília, que começou com um grupo de heróis na poeira do Planalto Central ainda vazio, os atuais professores incluíram um artigo nos estatutos que proíbe criar-se qualquer novo órgão, curso, centro, departamento, caso não sejam comprovadas plenamente a fonte e disponibilidade dos recursos necessários. Detém-se, assim, a criatividade dos que, mesmo com as dificuldades, tentam criar. Renega-se a história que mostra uma universidade que não existiria se este artigo lhe fosse anterior.

Se conhecessem a história das universidades, os professores e alunos, saberiam que durante cem anos Oxford funcionou sem ter ao menos uma sala própria; que Cambridge foi criada com base em um reduzido grupo de alunos que fugiu de Oxford; que a Universidade de Praga foi criada por Charles IV, no ano de 1348, no auge do pavor provocado pela Peste Negra; que a USP foi fruto da ousadia de um grupo local e de exilados franceses.

Nenhuma das grandes universidades começou e atravessou seus primeiros séculos com recursos abundantes, nem com facilidades para seus professores. A falta de conhecimento histórico mergulha o acadêmico em uma crise que poderia ser atenuada se fosse comparada com os demais momentos da história.

A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

Ao desconhecer a história, desconhece também as dezenas de experiências de organização universitária que se tentaram no mundo. Por isso, quando qualquer atitude política ou acadêmica foge ao usual, a comunidade se assusta, sente-se desmoralizada, não enfrenta as críticas em uma perspectiva histórica, não vê a temporalidade dos erros nem as possibilidades de acertos.

Em eleição direta para reitor na Universidade de Brasília, um funcionário apresentou-se como candidato. A imprensa ridicularizou. A comunidade acadêmica entrou em pânico. Se conhecessem história, saberiam que este fato inusual não é único, nem importante dentro do conjunto da história da universidade em geral, que tem mil anos, e da UnB em particular, que ainda terá mil anos.

Só um profundo conhecimento da história permitirá atravessar-se de forma criativa e otimista a atual crise. O seu desconhecimento e desprezo, como ocorre atualmente, amarram a universidade na crise, dificultam seu crescimento, avanço e transformação.

O ATRELAMENTO A PARTIDOS

Hoje, no Brasil, as universidades são prisioneiras sobretudo da alienação política. Contudo, pode-se antever o risco da universidade saltar da alienação à partidização.

Cabe aos universitários, especialmente aos militantes partidários, não tolerarem qualquer tentativa de atrelamento do pensamento acadêmico a uma linha partidária, o que provocaria uma forma diferente e mais grave de alienação. Este risco é sobretudo forte nos momentos de

eleições para reitor. Tanto a eleição direta como, ainda mais, por falta de controle, as eleições indiretas, podem levar a este tipo de atrelamento.

Os universitários não devem iludir-se com politização sem partidos. Ao contrário, é preciso incentivar todas as formas de participação política, e esta passa pelos partidos. Mas, na universidade, o processo de partidização substitui uma forma de alienação por outra: o sectarismo. Os partidos passam a usar a universidade conforme seus interesses. Em função de análises imediatistas, não hesitarão em sacrificar a instituição no cumprimento de palavras de ordem vindas de fora.

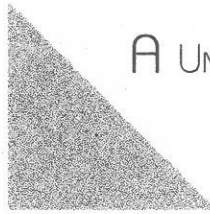
A Alienação pela Liberdade

Paradoxalmente, a universidade está livre da única amarra necessária para ampliar sua liberdade: a prisão à sociedade. Com a liberdade que a leva a ignorar a sociedade, a universidade fica prisioneira de seus próprios interesses e não se transforma em sintonia com os interesses da sociedade que a mantém. Raras decisões da universidade brasileira têm levado em conta os interesses do povo ao qual ela deve servir.

Pode-se mesmo observar que, nos últimos anos, a democracia interna na universidade serviu à mesquinhez da comunidade universitária, que usou o patrimônio de forma alienada, do resto da sociedade voltando-o apenas para os interesses internos. Este sentimento de mesquinhez e descompromisso social é comum na academia.

A esquerda, pelo que passou durante o período autoritário e pela defesa dos interesses corporativos, continua acreditando que estes interesses se identificam com os do povo. Apega-se ao democratismo e, para não perder as bases internas,

Os universitários não devem iludir-se com politização sem partidos. Ao contrário, é preciso incentivar todas as formas de participação política, e esta passa pelos partidos.



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

Deve-se lutar
para que a
elite
universitária
não trabalhe
apenas para a
elite
econômica do
país, e sim
para toda a
sociedade

esquece, ou trai, os compromissos maiores com a sociedade.

A liberdade da universidade passa, portanto, por seu aprisionamento aos interesses da humanidade e da sociedade onde está. A falta desta condicional aliena a universidade e imobiliza seu papel de revolucionária das idéias.

A renovação da universidade, pensam alguns, só ocorrerá quando ela for libertada de todas as amarras. Para elas, a universidade teria de revolucionar radicalmente seu conceito, ignorar o mercado, destruir os departamentos, romper com toda hierarquia do saber, apagar toda forma de medo, desfazer as normas dos entulhos administrativos e acadêmicos. Coerentes com esta visão, alguns libertários dedicam-se à crítica permanente e generalizada, e à defesa de propostas de tal forma desvinculadas da realidade que, por ingenuidade, terminam criando novas amarras que aprisionam a universidade em ilusões libertárias, inatingíveis e indesejáveis.

A reformulação do conceito de universidade não implica o niilismo de negar a própria universidade como principal centro gerador de saber na sociedade. Negar este papel privilegiado da universidade é negar o próprio saber. A aceitação e reconhecimento de saberes externos não pode servir como negação do papel do saber universitário. Da mesma forma, o distanciamento do mercado, necessário nos momentos de crise, não pode ser visto como se se ignorasse a realidade do mercado.

A libertação da universidade exige visão tão crítica que até o próprio conceito e grau de liberdade devem ser permanentemente criticados e dosados, de forma a não se cair em outra prisão: a da ilusão libertária que transformaria os universitários em solitários sonâmbulos com sonhos utópicos.

Cada uma das amarras anteriormente consideradas deve ser vista dentro da lógica do real, dos limites do possível, da convivência com o passado cuja inércia a universidade herdou. Cair no extremismo libertário é fazer o jogo dos que defendem, por reacionarismo ou comodismo, a continuação da universidade prisioneira.

O AFOGAMENTO DO ANTIELITISMO

Uma das tentativas de luta contra o conservadorismo que aprisiona a universidade vem se transformando, nos últimos anos, em outra e até mais perversa forma de prisão: o antielitismo, que surge já nos anos 60 como forma de aproximar a universidade da realidade, mas que tem involuído no sentido de servir como crítica à qualidade, à excelência, à seriedade e ao rigor.

Demonstrando a superficialidade da crítica, o antielitismo é usado de maneira leviana e oportunista por muitos que embarcam na luta pela "nova universidade" com a finalidade de esconder sua falta de rigor e de compromisso com a excelência e a qualidade. Muitos professores e alunos têm se dedicado a propostas de rompimento com o elitismo, tentando generalizar a idéia de que o trabalho acadêmico sério é incompatível com a universidade nova e livre.

A luta pela nova estrutura universitária, ao exigir mudanças na postura academicista, não pode cair no antielitismo. A forma mais grave de alienação é a perda do compromisso com a excelência. A função acadêmica, no seu sentido mais rígido de "escolarismo", é o âmago da vida universitária. Deve-se enfrentar o privilégio econômico e social da elite inte-



A UNIVERSIDADE PRISIONEIRA

lectual em detrimento das demais elites nacionais, deve-se lutar para que a elite universitária não trabalhe apenas para a elite econômica do país, e sim para toda a sociedade, mas não se deve perder o sentido e orgulho de ser uma elite na qualidade do trabalho.

A ARMADILHA DA FALTA DE RECURSOS

Em outro extremo, contrastando com a ilusão libertária, povoa a universidade o sentimento de que nada é possível; de que não adianta tentar mudar a universidade porque as amarras e dificuldades são maiores que o potencial universitário.

Uma das manifestações deste sentimento é a armadilha da falta de recursos. Cada vez mais a universidade recebe menos apoio do setor público, mas dispõe de recursos que, desejando utilizá-los com a ousadia da autonomia, já permitem o salto de que ela e o país necessitam.

Felizmente, esta não é a realidade do conjunto do corpo universitário. Nos últimos anos, uma parte da comunidade universitária vem mostrando como é possível superar a armadilha da falta de recursos pelo uso da imaginação, pelo espírito de pioneirismo e pelo heroísmo.

A realidade mostra que, apesar de todas as dificuldades e graças à crise, há espaço para tentar romper as amarras e construir uma nova universidade.

A realidade mostra que, apesar de todas as dificuldades e graças à crise, há espaço para tentar romper as amarras e construir uma nova universidade.

A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

De maneira geral, a comunidade universitária brasileira se divide entre conservadores-tradicionistas e conservadores-revolucionários. Os primeiros acreditam que a universidade não necessita de mudanças, os outros consideram que essas mudanças já foram feitas. Os primeiros não veem razão para buscar sintonizar a universidade com necessidades e interesses da sociedade, os outros creem que a universidade já está sintonizada, na medida em que os reitores são eleitos diretamente.

O primeiro grupo se preocupa apenas com seu trabalho, como se os limites do mundo e do país não fossem além das fronteiras do campus universitário. O outro grupo se preocupa basicamente com o nível salarial e a falta de verbas, como se tudo o mais na universidade estivesse bem.

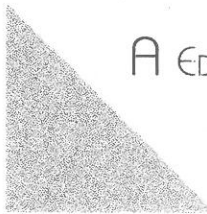
Os conservadores-tradicionistas defendem que a comunidade universitária se mantenha uma elite isolada sem compromisso com as necessidades sociais. Os conservadores-revolucionários praticam a negação do necessário elitismo intelectual, com a consequente perda de qualidade e desprezo pela sociedade que deveria receber o serviço de seu trabalho.

Os conservadores-tradicionistas se consideram alto-clero, únicos donos da competência, e acusam de populistas todos que defendem uma universidade comprometida com a realidade do país onde ela se situa. Citam as boas universidades de países europeus, do Japão e dos Estados Unidos como exemplos, sem preocupação concernente ao próprio país. Demonstram que são ignorantes da história ao não perceberem os fortes vínculos que estas universidades sempre tiveram com seus povos e nações. Mostram a incapacidade de perceber a especificidade do trabalho de cada universidade, convivendo com a universalidade e o cosmopolitismo. Defendem o trabalho acadêmico só para eles mesmos em nome de uma qualida-

de mal-definida e nem por eles praticada, ao menos no nível em que apregoam.

Os conservadores-revolucionários se consideram a vanguarda e os donos da verdade. Acusam os demais de serem alienados, mas eles próprios limitam seus compromissos sociais à defesa de uma participação da comunidade interna na administração da universidade. Defendem democracia apenas para si mesmos, sem qualquer compromisso com o conjunto da sociedade. Desprezam a necessidade de reformas nos currículos, temas, métodos, e chegam a desprezar a espinha dorsal do trabalho acadêmico, que está na qualidade do trabalho que realiza.

Na Europa, nos Estados Unidos, no Japão e mesmo em alguns países subdesenvolvidos, a existência de uma sociedade com razoável grau de unidade e de soberania permitiu a suas universidades sintonizarem-se com os projetos nacionais. Ao longo da história dos Estados Unidos, a universidade, com todo rigor e qualidade, tem estado vinculada aos projetos de desenvolvimento científico e tecnológico que servem aos interesses globais do país. No Japão, isso se dá de forma ainda mais rigorosa. Na Europa, dependendo do país e do momento histórico, as universidades viveram tempos de transformação, mas, ainda que através dos interesses das classes dominantes, sempre canalizando o trabalho para o enriquecimento cultural e técnico do país e do mundo.



A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Nestes países as universidades estiveram vinculadas aos interesses nacionais, sem ruptura entre a comunidade universitária e a população em geral, salvo na competência intelectual superior que os universitários têm a obrigação de apresentar. Quando esta situação apresenta qualquer mudança, a sociedade passa a se preocupar imediatamente, como acontece com a atual tendência de um crescente isolamento dos profissionais universitários norte-americanos em relação aos trabalhadores que não têm nível superior de educação. O assunto passa a ser denunciado e suas consequências, analisadas nos seus riscos, como faz um artigo no *New York Review of Books*, de 11 de março de 1990, que diz:

"A descoberta de que não era amada fez a classe profissional mais autoprotetora, isolando seus filhos em escolas particulares, determinados a apresentar sofisticação, diferenciando-se dos demais através do consumo."

O que nos Estados Unidos chama atenção, no Brasil ocorre desde o início da formação da universidade sem que isso provoque qualquer preocupação. Nascendo em uma sociedade segregada e dependente, a universidade manteve-se segregada em relação a sua população e dependente em relação aos objetivos internacionais, aos quais a minoria da população brasileira está integrada.

Tanto os conservadores-tradicionistas como os conservadores-revolucionários ignoram a dimensão da crise e desprezam o povo e a nação, sem serem capazes de competir universalmente. No Brasil, a universidade, como todas as demais instituições nacionais, serve apenas a uma parte de uma sociedade dividida em uma maioria segregada e excluída e uma minoria privilegiada e integrada diretamente aos valores internacionais. No seu conjunto, a

comunidade universitária e a própria instituição fazem parte do projeto de uma minoria privilegiada, com interesses divorciados da maioria da população. Os conservadores-tradicionistas acham que esta maioria não existe ou não merece qualquer atenção; os conservadores revolucionários acham que pertencem a esta maioria.

A situação era ainda mais grave em decorrência do desprezo dado pela colonização portuguesa à educação das populações de suas colônias. Diferentemente das colônias espanholas, que se beneficiaram da formação de universidades, as colônias portuguesas foram submetidas a um claro processo de deseducação das massas, com a formação de uma diminuta elite intelectual desvinculada e até mesmo incommunicável.

O que manteve esta realidade camuflada foi a possibilidade de interesses coincidentes entre as elites e as massas nacionais. Foi assim na Independência, na Libertação dos Escravos e na Proclamação da República. Apesar de muitos intelectuais se manterem do lado dos grupos reacionários, alguns formaram as vanguardas que levaram às reformas. Graças a isso, entre 1920 e 1964, os intelectuais e a universidade recém-formada no país viveram um momento de razoável identidade com o povo sem romper com seu elitismo segregador. Ao longo deste período, a nação em formação permitia o nacionalismo, exigia reformas, inventava tecnologia própria.

Nos anos de 1930 a 1945 os intelectuais viveram a mesma perplexidade e ambivalência de todo o país, dividido entre ideologias que iam do nacionalismo ao entreguismo, atravessando a heróica luta pela democracia; foram ao mesmo tempo coniventes e servis com a ditadura. A própria ambivalência da ditadura de Vargas forçava esta perplexidade.

Nos anos de
1930 a 1945
os intelectuais
viveram a
mesma
perplexidade
e
ambivalência
de todo o
país, dividido
entre
ideologias
que iam do
nacionalismo
ao
entreguismo



A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A maior parte
da
comunidade
acadêmica
luta pela
continuidade
das pesquisas
a serviço dos
mesmos
interesses do
tempo da
ditadura e da
sociedade
apartada

A partir daí e até 1964, outra vez a elite intelectual pôde manter todos os seus privilégios, ao mesmo tempo em que se mostrava uma vanguarda a serviço do povo. A luta pela democracia, pelo desenvolvimento, pela construção de uma ciência e tecnologia nacional, pela soberania, era palavra de ordem dos intelectuais e dos estudantes universitários, identificados simultaneamente com interesses das elites e das massas.

Entre 1964 e 1985, a universidade foi o centro da vida democrática do país. Era a grande aliada do povo na luta pela democracia, mesmo quando recebia todos os incentivos da ditadura militar para fundar o marco tecnológico da construção de uma sociedade apartada. Lutando por objetivos que coincidiam com os da população em geral, a universidade escondia o seu isolamento real em relação às massas.

Quando a democracia política chega a uma sociedade onde a segregação social se havia consolidado, a universidade se desnuda. Em vez de lutar por uma ciência e uma tecnologia que busquem criar um país soberano e uma sociedade eficiente social e economicamente, a maior parte da comunidade acadêmica luta pela continuidade das pesquisas a serviço dos mesmos interesses do tempo da ditadura e da sociedade apartada. Em vez de lutar pelo desenvolvimento, luta por salários específicos da categoria; em vez de movimento político, a luta sindical. Em vez da democracia na sociedade, luta pela democracia interna, e muitas vezes para utilizá-la na proteção dos interesses e comodismo dos professores e alunos, evitando mudanças que ponham a universidade a serviço do país, como acontece nos países onde não há segregação social.

A democracia política não rompe com a segregação e mantém a universidade brasileira encravada em uma elite econômica privilegiada, com interesses

culturais e econômicos mais integrados ao exterior do que às massas locais. Nestas condições, a universidade vacila entre sentimentos liberais e a manutenção de seus privilégios, terminando comprometida com o autoritarismo e com a apartação. Ao mesmo tempo em que, se dizendo brasileira, cria pretensões de pertencer ao Primeiro Mundo, protege-se para não ser avaliada por padrões estrangeiros. A comunidade acadêmica quer ter os privilégios de Primeiro Mundo isolada das massas. Ao mesmo tempo em que se protege destas massas, para evitar a concorrência internacional, defende uma avaliação limitada às possibilidades do Terceiro Mundo.

Na África do Sul, a universidade dos brancos optou sem qualquer constrangimento ou hipocrisia pela minoria e aceitou a convivência com o autoritarismo do apartheid. A universidade brasileira não consegue explicitar esta opção nem dar o salto para uma etapa nova de sociedade, sem segregação social.

Diante desta indecisão, que é um traço de toda a sociedade, a universidade brasileira corre o risco de desaparecer como instituição.

Este fenômeno já ocorreu no caso da Sorbonne. Diderot denunciou "o gosto pelas futilidades escolásticas" e considerou que os universitários de sua época mantinham-se contemporâneos dos estudos de Santo Tomás de Aquino. Criticou a prolongada e estéril aprendizagem do latim e do grego, "úteis tão-somente para um número muito pequeno de cidadãos", e ridicularizou a retórica, que chamava de "arte de bem-dizer, antes que arte de idéias". O ensino na Sorbonne praticamente cessou muito antes do decreto de 1793, que abolia as faculdades do país. Deixando de prestar serviço à aristocracia do Antigo Regime, mas não conseguindo dar o salto para a contemporaneidade revolucionária, a Universidade de Paris deixou de existir. Como diz Amélia Loureiro:

A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

"Quando eclodiu a revolução, a Universidade de Paris, envelhecida e que há dois séculos não conhecia o movimento literário ou científico, senão para entravá-lo e submetê-lo a sua censura privada, perdeu, pouco a pouco, seus privilégios e seus bens, extinguiu-se, ou melhor, adormeceu." (10)

Maurice Bayen complementa: "A ruína financeira da universidade se deveu ao confisco de suas fontes de renda" (11), certamente em função da sua perda de credibilidade diante das classes dominantes falidas e das novas classes, que a viam como desnecessária ou como instrumento dos dominantes.

Não é muito diferente o que hoje acontece com as universidades brasileiras. A universidade está perdendo privilégios, bens, recursos e respeitabilidade. Está adormecendo. Seja por influência dos conservadores-tradicionistas, que não conhecem a história das universidades e não observam as mudanças e exigências ao redor, seja dos conservadores-revolucionários, que se acomodam e buscam usufruir dos privilégios adicionais da democracia interna que conquistaram.

Excetuando-se o suicídio do adormecer, à universidade brasileira restam duas opções: assumir e auxiliar a elite brasileira na construção de uma explícita sociedade autoritária e segregadora, como ocorreu com a universidade da África do Sul, quando a minoria branca implantou um sistema de *apartheid*, ou optar por ser um instrumento da construção de uma sociedade integrada, rompendo com a segregação e construindo uma sociedade soberana, eficiente e integrada.

Optar pela segregação significa também uma forma de incompetência e morte da universidade. Para crescer com qualidade, a universidade precisa de liberdade, o que é incompatível com

uma sociedade dividida. Não há futuro para a universidade brasileira se não houver futuro para a liberdade brasileira. E esta não ocorrerá se não contemplar uma sociedade integrada, caminhando para a igualdade.

O desafio da universidade é situar-se portanto no contexto da sociedade brasileira, colaborando na criação de um pensamento capaz de ajudar na construção de uma idéia de nação que conquiste sua soberania, que organize sua sociedade de forma eficiente e que caminhe para a integração de uma crescente igualdade entre seus habitantes.

Isso exige uma revisão do comportamento da comunidade universitária, uma reformulação de sua postura em relação ao seu trabalho. Exige sobretudo um cuidadoso e longo processo de educação da universidade para sintonizá-la, com a necessária competência, com o futuro da sociedade brasileira, cumprindo seu papel no mundo.

INSTRUMENTO DE MODERNIDADE

Todo instrumento social tem de ser um instrumento da modernidade da sociedade. Entre todos estes instrumentos, a universidade tem o principal papel. Mas, em um momento de crise como o atual, não basta ser instrumento de execução de modernidade previamente definida; a universidade tem de ser um agente da definição de modernidade como símbolo do futuro desejado para a utopia nacional. As faculdades e departamentos não podem limitar seus trabalhos apenas ao estabelecimento de uma medicina ou engenharia moderna, têm de participar da definição do que significa moderno no país onde se situam.

O desafio da universidade é situar-se no contexto da sociedade brasileira, colaborando na criação de um pensamento capaz de ajudar na construção de uma idéia de nação que conquiste sua soberania



A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade brasileira recusou-se a exercer o papel de definidora da modernidade. Concentrou na idéia de moderno a imitação dos países ricos

A universidade brasileira, confinada na elite minoritária identificada com os valores e objetivos importados dos países-com-maioria-rica, assumiu para a modernidade o mesmo significado dado a universidade nesses países. Por coincidência de interesse com a elite, recusou-se a exercer o papel de definidora da modernidade. Concentrou na idéia de moderno a imitação dos países ricos. Neste processo, renegou os valores culturais locais, identificou-se com sociedades e realidades externas. Transformou-se em um instrumento de deformação social, ajudando a montar uma infra-estrutura tecnológica que pode ter sido capaz de solucionar os problemas da modernização nos países ricos, mas aqui não teve a menor preocupação com os problemas mais simples da maioria da população. Ainda mais grave: foi conivente com o fato de que a parte moderna da economia e da sociedade tenha sido construída sobre a divisão e segregação social à custa do empobrecimento e do atraso da maioria.

Cabe à universidade ajudar na definição de uma nova modernidade que assegure o funcionamento democrático da sociedade, eliminando o apartheid social, construindo uma economia eficiente - com abertura em relação ao exterior, descentralizada - e respeitando a ecologia. Uma modernidade ética, enfim, no sentido de ser definida por seus objetivos e não pelos meios que utiliza. (12)

INSTRUMENTO DE SOBERANIA

Em um artigo no jornal do Brasil de 14 de abril de 1990, Claudio de Moura Castro cita um PhD tailandês que ao voltar ao seu país ficou quatro meses adquirindo uma formação budista, antes de ocupar

os cargos tecnocráticos para os quais se formou nos Estados Unidos. Como ele, milhares dos quadros orientais, na Coréia e sobretudo no Japão, estão sendo capazes de compor a formação técnica de construção da eficiência social com a afirmação dos valores locais, com os quais definem uma ética para seus trabalhos e uma maior eficiência por levarem em conta a realidade cultural do mundo onde trabalham e ao qual continuam pertencendo.

Pelo contrário, as universidades brasileiras, cuja formação tecnocrática é copiada diretamente da norte-americana, tendem a um repúdio total da cultura nacional. Mesmo quando a estudam, é como manifestação folclórica. Criam com isso uma cultura à parte, isolada da grande massa, identificada apenas com o pensamento dos universitários e da elite social. O resultado é trágico a médio e a longo prazo, pelo lado ético-político, cultural e técnico. Pelo lado ético-político, porque esta situação exigirá uma crescente segregação do tipo apartheid. Pelo lado cultural, devido à esquizofrenia com que passam a conviver, rodeadas por uma realidade, mas com uma consciência voltada para outra, distante, à qual serve mesmo quando diz repudiá-la. Do ponto de vista técnico, porque estas universidades criam soluções desvinculadas da realidade, condenadas por isso ao fracasso.

A renovação universitária vai exigir uma modificação nesta postura. O profissional, aproveitando-se da formação no exterior, deve ser capaz de compor tal formação com uma vivência e integração dos valores, problemas e objetivos da sociedade brasileira.

Para isso, a universidade deve estar na vanguarda da luta por uma soberania que priorize a definição de seus objetivos, os tipos de especialização, de campos de estudos, de soluções que interessem à nação - e não que se ocupe da criação de



A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

uma ilusão de modernidade, a qual só interessa basicamente à elite consagrada pela universidade, que funciona como vanguarda da colonização espontânea, da dependência, do entreguismo e da dissolução da cultura nacional.

O COMPROMISSO COM A QUALIDADE

O primeiro compromisso de qualquer trabalho, especialmente o intelectual, é com a qualidade. Ao lado da seriedade, do ineditismo e da funcionalidade, a qualidade deve ser atributo básico das universidades. Lamentavelmente, na medida em que a universidade se isola em uma minoria e esta minoria deixa de representar a vanguarda, por ser dependente e por ter esgotado seu projeto para o país, a universidade perde funcionalidade e cai na repetitividade, perdendo, conseqüentemente, qualidade. Nas áreas técnicas, a funcionalidade significa a solução dos problemas relacionados a eficiência. Nas áreas científicas, artísticas e filosóficas, significa o avanço do saber.

Infelizmente, muitos dos que tentam defender a qualidade insistem em fazê-lo sem uma crítica à repetitividade e à falta de funcionalidade do seu produto. Se se fizer uma análise do conjunto de teses defendidas nos cursos de pós-graduação nas universidades brasileiras, percebe-se uma constante repetição dos mesmos temas, das mesmas respostas, apenas agregando pequenos detalhes de umas para outras.

A qualidade do trabalho universitário exige uma redefinição do conceito de qualidade, de maneira a incorporar, de um lado, a criatividade presente no ineditismo de

cada trabalho e, de outro, uma sintonia dos trabalhos com o objetivo de modernidade e de contribuição para a soberania da sociedade.

Esta realidade exige uma nova postura de toda a comunidade, tanto dos tradicionalistas como dos revolucionários: dos primeiros, porque toleram um conceito pobre de qualidade; dos demais, por terem até certo ponto desprezado a busca de qualidade. Para isso, é impossível deixar de avaliar o trabalho universitário, ou limitar os avaliadores apenas aos pares do trabalho universitário. Tampouco é possível deixar que esta avaliação seja feita com base em conceitos burocráticos de custo-benefício, no curto prazo, ou com a visão míope de que ao povo só serve o que resolve seus problemas imediatos.

O ENTENDIMENTO DA DEMOCRACIA

Uma universidade encravada na elite isolacionista, com todos seus vícios e inércia conservadora, só se transformará se estiver aberta a um intenso debate. Mas este debate se perderá, se a democracia na universidade for vista como um fim em si e se se mantiver isolado de uma busca de participação na democratização do conjunto da sociedade.

A visão fechada da universidade, comprometida apenas com os interesses da elite minoritária, levou-a a uma visão deformada da democracia: nos mesmos moldes que prevaleciam na Grécia, onde a democracia mais pura entre os patrícios convivia com a escravidão; ou nos moldes da democracia parlamentar do apartheid na África do Sul, desconsiderando a maioria negra.

O entendimento da democracia vai exigir a convicção de que a participação

Muitos dos que tentam defender a qualidade insistem em fazê-lo sem uma crítica à repetitividade e à falta de funcionalidade do seu produto



A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A visão
fechada da
universidade,
comprometida
apenas com
os interesses
da elite
minoritária,
levou-a a uma
visão
deformada da
democracia

interna só se justifica como meio para que a universidade se mantenha em sintonia com a sociedade em geral e com sua luta por soberania e eficiência no caminho para a igualdade.

REFORMA NO MÉTODO

Prisioneira de uma elite que insiste em imitar o exterior, a universidade não consegue sair da repetitividade alienada que a mantém sujeita ao método de transmissora da verdade, incompatível com a necessária revolução de idéias exigida pelo momento. Para que a universidade se renove, terá de fazer mudanças no seu método de trabalho. De dona da verdade e legitimadora do saber, deve passar a adotar o axioma da dúvida em seus cursos. Ao mesmo tempo em que rompe com os dogmas, inclusive aqueles que tem importado do exterior nas últimas décadas, deve buscar uma convivência com todas as formas de saber que lhe são externas e levar o seu próprio saber a uma constante checagem com o mundo exterior.

REFORMA NA ESTRUTURA

Para a universidade renovar-se conforme as propostas anteriores, será necessária uma reforma em sua estrutura. Nas sociedades desenvolvidas, onde o sistema social funciona regularmente, a especialização por categoria do conhecimento cria as bases suficientes para a solução dos problemas. O mercado ou o planeja-

mento se encarrega de situar o profissional no sistema social. Nestas condições, a estrutura departamental basta para a formação de especialistas por área de conhecimento.

No caso do Brasil, o grau dos problemas sociais exige que também a universidade os enfrente diretamente. É preciso que a estrutura universitária crie mecanismos de enfrentamento destes problemas reais, que não cabem dentro das preocupações específicas de cada departamento. A universidade deve especializar-se não apenas por categorias do conhecimento, mas também pelos problemas reais da sociedade: energia, fome, analfabetismo etc.

Ao mesmo tempo, toma-se necessária a implantação de estruturas que complementem a formação dos alunos e dos professores e funcionários, no sentido de ampliar-lhes o horizonte de preocupações, incorporando valores éticos e interesse para com as humanidades em todas as áreas. A Universidade de Brasília, a partir de 1985, iniciou um processo de reforma em sua estrutura, através da implantação do que se chamou de "universidade tridimensional", onde cada universitário participa não só de seu departamento, mas também de um Núcleo Temático e de um Núcleo Cultural. Apesar de a comunidade universitária ainda participar de forma limitada desta nova estrutura, é possível dizer que já se encontra consolidada com seus trinta Núcleos Temáticos e treze Núcleos Culturais. Os bons resultados se mostram na constatação de que uma parte considerável do que ocorre na universidade já é decorrente dos trabalhos desta nova estrutura. (13)



A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

LEGITIMIDADE E INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE

A nova Constituição brasileira transfere ao Congresso as prerrogativas de elaboração do orçamento nacional. Com isso, a universidade perderá o acesso a recursos que obtinha diretamente dos gabinetes dos governos. Ao passar ao Congresso, o orçamento incorporará necessariamente, com todas as consequências positivas e com todos os riscos, os interesses dos eleitores. As universidades serão obrigadas, portanto, a estabelecer uma sintonia com a opinião pública, ou tenderão a perder o acesso aos recursos que necessitam.

Se a universidade brasileira quiser evitar o destino da universidade francesa, fechada depois da Revolução de 1789, deverá ter a consciência da necessidade de integração com a sociedade. A se manter a democracia no país, as crescentes aspirações da população levarão nos próximos anos e décadas a uma exigência de publicização da universidade. Isso vai implicar uma revisão do papel da universidade, que certamente não será cumprido seguindo um sistema de privatização.

A privatização fará com que o ensino seja visto como um investimento a ser lucrativo no mais curto período de tempo. Em consequência, a universidade privada terá de optar por estrutura, programas, currículos vinculados aos interesses da minoria privilegiada, que poderá remunerar melhor os profissionais que investirem no pagamento de seus cursos.

Por outro lado, a atual estrutura das universidades estatais não cumpre o novo papel, se continuar estatal a ser de particulares, A universidade estatal, apesar de sua democratização, sem uma reformu-

lação levará à criação de uma universidade privativa, com clara opção pela minoria. A alternativa está, portanto, na consolidação do ensino superior estatal, mas sempre que o compromisso público esteja presente.

Muitos entendem por universidade pública aquela que é estatal, e por compromisso com a sociedade, a criação de mecanismos que permitam o ingresso de jovens das camadas pobres na universidade, independente da qualificação que eles tenham. Isso é fruto da limitação com que os conservadores-revolucionários veem a universidade, sem desejar que ela mude, apenas se oferecendo para mudar os alunos. Veem como beneficiários da universidade apenas os universitários e não o conjunto da população em geral. A integração da universidade com a sociedade não se dá automaticamente pelo ingresso de uma parte da sociedade na universidade, mas sim pelo ingresso da universidade na sociedade. A universidade não pode ser vista como escada social de seus alunos e sim como escola de qualidade para todos. A idéia de que é preciso "deselitizar" o ingresso, massificando o ensino, nega o papel social da universidade, que na verdade deve "elitizar" o seu nível intelectual, massificando os beneficiários do serviço dos seus profissionais.

A integração da universidade se dá pela definição de suas prioridades, pela reforma de seus cursos, pelo comprometimento de seus alunos na busca de soluções para a construção de uma sociedade moderna, competente, a serviço de sua população, e também por um intenso trabalho de extensão. A UnB tem promovido este trabalho pela formação de Núcleos Permanentes de Extensão em toda a periferia de Brasília. Mas é sobretudo mediante um grande programa de ensino

A privatização
fará com que
o ensino seja
visto como um
investimento a
ser lucrativo
no mais curto
período de
tempo

A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A
universidade
não pode ser
vista como
escada social
de seus
alunos e sim
como escola
de qualidade
para todos

a distância, em cursos diversos e, secundariamente, universitários, que a universidade se aproximará e influirá na formação das grandes massas. Para a realização deste programa, a UnB dispõe de um centro específico de ensino a distância, e tem proposto às demais universidades a criação de um centro interuniversitário que reúna o conjunto das atividades de ensino a distância de todo o país.

CONVIVÊNCIA COM O SETOR PRODUTIVO

Embora ao longo de muitos séculos o saber estivesse sendo gerado nas universidades e nos conventos, a maior parte da criação intelectual era o produto de um pensador solitário, mesmo que tivesse refletido sobre os debates acadêmicos.

O século passado ampliou esta independência do criador intelectual, sobretudo no lado tecnológico, com os grandes inventores. A universidade, além de continuar num grande isolamento em relação ao conjunto da sociedade, e especialmente em relação ao setor produtivo, manteve o trabalho de criação basicamente individual. Esta situação se mantém até hoje, apesar das radicais mudanças na "indústria do saber".

As últimas décadas praticamente eliminaram três tipos de isolamento do intelectual:

- A produção individual passou a um crescente processo de socialização. Mesmo que todo processo exija criações solitárias, é cada vez menor a possibilidade do criador transformar uma idéia sua em um sistema completo, ou levá-la de uma hipótese à formação de uma teoria. A sofisticação e o refinamento das hipóteses exigem crescentes processos de experimentação e de reflexão por muitos pensadores em conjunto.

- A produção de tecnologia cada vez mais se imbrica com a produção de ciência, fazendo com que em muitos setores do conhecimento seja impossível saber onde termina uma e começa outra.

- Finalmente, em parte pela inter-relação entre tecnologia e ciência, em parte pelos elevados custos de ambas, a produção do saber cada vez mais se encontra vinculada diretamente ao processo produtivo. O laboratório de fundo de quintal de Thomas Edison, mesmo quando possível no caso de novas áreas, como na informática nos anos 70, raramente é capaz de produzir mudanças substanciais em quantidade, e não é capaz de dar continuidade aos saltos de conhecimento.

A produção do saber, especialmente na ciência e na tecnologia, está cada vez mais socializada entre os criadores de saber e entre estes e o setor produtivo da economia. Apesar disso, muitas universidades, e quase todas do Brasil, continuam reagindo a uma inter-relação com o setor produtivo. Por um lado, temem, com razão, que o setor produtivo limite a liberdade, conduzindo o saber dentro de amarras que o impedem dos grandes saltos ou que condicionam estes saltos ao interesse do capital e não ao do próprio saber e da população em geral. Com isso, muitos setores do pensamento ficariam excluídos, caso não significassem lucros para o setor produtivo por serem setores "puros" do conhecimento, ou por se tratar de conhecimentos técnicos comprometidos com as parcelas que não viabilizam os negócios porque estão excluídas do mercado. Mas, com este temor, não percebem a posição suicida em que ficarão se fugirem do processo de convivência.

Por outro lado, uma parte dos pesquisadores teme sobretudo a urgência com que o setor produtivo exige os resultados do trabalho. Se este temor tem uma lógica, porque o imediatismo impede certas pesquisas, ele também significa um medo, suicida para a universidade, porque outros setores ocuparão este espaço de demanda por novos conhecimentos. Além



A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

do que, o grupo dos temerosos, ao lado daqueles que desejam contribuir para um pensamento inédito, comprometido com o futuro e longe das amarras do dia-a-dia do capital, inclui também aqueles que temem a exposição da sua baixa capacidade produtiva.

Para participar do processo de transformações em andamento no mundo, a universidade brasileira tem de modificar seu comportamento em relação ao setor produtivo. Mantendo a necessária independência para poder pensar a longo prazo, e sem transformar-se em uma espécie de departamento tecnológico da indústria, o que seria também um suicídio, a universidade precisa perder o medo, envolver-se com o setor produtivo, descobrir interesses comuns, pesquisas conjuntas e ter claro a necessidade de transformar seus conhecimentos em serviços reais para a sociedade, o que passa necessariamente pelo setor produtivo.

A CONVIVÊNCIA COM O CAOS SOCIAL

Depois de décadas cumprindo seu papel dentro de uma sociedade organizada sob o autoritarismo político, mesmo sofrendo repressão, a universidade acostumou-se com a ordem administrativa. Quando o autoritarismo desaparece e surge a possibilidade de uma atividade democrática, ocorre obviamente o risco do caos social e administrativo no governo, e novas prioridades não são definidas.

Apesar disso, a universidade, em vez de conviver com esta realidade, passa a reclamar e lamentar. É preciso acostumar-se com a situação e dela tirar proveito.

Ao conviver com o caos social e administrativo do governo, a universidade passaria a dispor de uma brecha na qual poderia exercer reformas e experimentar sua criatividade. Em vez de temer e lamen-

tar, deveria usufruir da possibilidade de sair do convencional ao qual estava condenada, educando-se para funcionar com a incerteza de verbas, de recursos, de salários, e ao mesmo tempo com o potencial de uma sociedade sem respostas prontas, sem normas rígidas, sem rotinas.

A EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Para que estas reformas ocorram, a universidade deve submeter-se, ela própria, à sua educação. A universidade brasileira de hoje está viciada em um sistema social, em um projeto nacional e em uma dependência cultural que a inviabiliza no cumprimento de seu papel de pensar o futuro da nação e da humanidade.

Os próximos anos serão ou de formação de uma nova universidade ou de seu desaparecimento, seja por um revolucionarismo vulgar, seja por um reacionarismo segregador.

Na educação a que deve submeter-se, os maiores inimigos provavelmente serão os próprios universitários: professores, alunos e funcionários. Os dois primeiros são especialmente prisioneiros de privilégios sociais e de um comodismo intelectual que não pretenderão perder. Os funcionários, desvinculados do trabalho intelectual, tenderão a utilizar o processo democrático muito mais como forma de ampliar privilégios do que de fazer a universidade avançar em novos compromissos.

De toda forma, há razões para otimismo. A própria consciência da crise faz da universidade a instituição social com mais condições de dar o salto de sua postura segregacionista a uma postura integracionista do conjunto do país, de um apego ao presente para um compromisso com o futuro, de uma visão dependente para a formulação de um pensamento nacional consistente com a evolução internacionalista que todos anseiam.

uma parte dos
pesquisadores
teme
sobretudo a
urgência com
que o setor
produtivo
exige os
resultados do
trabalho

Universidade Para a Crise

Diferentemente dos demais países latino-americanos de colonização espanhola, o Brasil não teve universidades renascentistas criadas nos primeiros séculos de colonização. A universidade brasileira foi concebida segundo os modelos dos países desenvolvidos, comprometida com a eficiência de cada faculdade independente. Sua história divide-se em quatro períodos: no primeiro momento, até 1945, a universidade incipiente: os estudantes de faculdades lutam pelas primeiras formulações de um novo país; no período de 45 a 64, a universidade se compromete com a defesa da democracia e com a construção da sociedade tecnologicamente moderna: a consolidação das escolas tecnológicas e os primeiros institutos de ciência ocorre ao lado da luta pelo petróleo e pelas reformas de base; no período entre o final dos anos 60 e o começo dos 80, a universidade consolida seus departamentos, define sua estrutura, desenvolve pesquisas, cria tecnologia, constrói um país dinâmico, ao mesmo tempo em que analisa, denuncia e luta contra a ditadura; finalmente, o atual momento de crise. A universidade perde o heroísmo da luta pela democracia política que o país conquistou com a sua ajuda. O modelo socioeconômico que financiava suas pesquisas entra em crise. Os salários caem, os recursos escasseiam, sobretudo os referentes, em dólares, a bolsas, livros, equipamentos. A universidade perde a crença nos seus produtos, a sociedade perde a crença na universidade.

Hoje, em vez de segurança física, tem-se a insegurança social. Em lugar da luta pela liberdade, a luta por salários. Em vez do compromisso com a democracia global, a luta pela democracia interna, às vezes para defender privilégios corporativos. À certeza, a incerteza. À automática promoção social, o desemprego. Em lugar de funcionários administrativos dóceis e alienados, grupos sindicais dispostos a demonstrar que existem e a reivindicar direitos crescentes.

Ainda mais grave: a consciência de que o passado acabou, mas ainda não se vislumbra um novo futuro. Os ricos e a classe média já não têm renda para solicitar serviços como antes, mas ainda não há demanda clara para projetos que solucionem os problemas habitacionais das massas. A ortodontia, a cirurgia de rejuvenescimento, a psicanálise, as centrais

nucleares, as grandes estruturas e o milagre econômico caem de moda. Mas ainda nada apareceu no lugar.

Ao longo das décadas, nenhuma outra instituição brasileira contribuiu, e de forma tão coerente, marcante e eficiente, mais que a universidade no processo de construção do novo país. Com o fim do autoritarismo e a crise do projeto de nação industrial nos moldes internacionais, cada instituição brasileira ingressou em processo de autodestruição. Contudo, neste mesmo período, a universidade continua a criar sólida massa crítica de mão-de-obra qualificada e acervo de conhecimentos em todas as áreas, fazendo do Brasil um dos poucos países do Terceiro Mundo em condições de dar o salto científico e tecnológico para o próximo século e para uma nova modernidade.



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

Mas a universidade se limita, ainda, a produzir para a velha estrutura social em crise. Sua produção, com muito mais "qualidade" hoje do que antes, está respondendo a perguntas antigas, a maior parte delas superadas. Daí a crise da universidade. É o momento mais trágico e por isso mesmo o mais rico da história da universidade brasileira. É o momento em que ela pode participar da descoberta do novo país, da formulação e da construção de sociedade livre, praticando a liberdade. A crise de idéias e de propostas para o futuro do país e da humanidade dá à universidade a grande chance de sua história, se a universidade em crise se transformar em universidade para a crise.

Novo Futuro

A universidade deve entender que há dois tipos de futuro: o que é a continuação linear do passado, com novas respostas para as mesmas perguntas, dentro do momento paradigmático, e o que surge da ruptura com o passado, com a reformulação da organização social, com novas propostas ideológicas, com perguntas diferentes. A universidade deve também entender que, no atual momento, o Brasil vive a véspera de um novo futuro (que não será simples reprodução do passado), com exigências diferentes para cada instituição social, especialmente para aquela cujo papel é entender o mundo, formular propostas e ajudar na construção deste futuro.

Mantendo-se a permanente busca de ampliação do horizonte de liberdade, torna-se necessário retomar padrões de liberdade em que as características naturais e culturais do país sejam respeitadas, em que o padrão, originado há duzentos

anos com a Revolução Industrial e inoculado em todo o mundo, e começando a demonstrar seu esgotamento, seja substituído por um novo conceito que retome as libertárias bandeiras permanentes do saber: beleza, verdade, eficiência com justiça, paz e o equilíbrio ecológico.

Nova Vocação

A idéia de libertação, como meta, fica obscura e, como instrumento de empolgação no dia-a-dia, desaparece, caso não seja acompanhada da definição de vocação específica, para as universidades em geral e para cada uma delas em particular.

Do ponto de vista geral, compete à universidade participar do esforço de avanço do pensamento, de maneira a transformar para aperfeiçoar o sistema social e cultural. No caso do Brasil em seu momento atual, à universidade cabe o papel mais importante de pensar a crise que atravessamos e de formular alternativas à construção da nação, na sua conceituação global e em cada área de conhecimento necessário à eficiência, à justiça e à soberania, ao lado da criação da beleza e da busca da verdade.

Por sua função específica, que é a produção do conhecimento, a universidade deve ser participante privilegiada da grande aventura de construir o país. Mantendo seu compromisso absoluto com a qualidade, a universidade deve definir sua postura com base em cinco vetores:

- participar da ampliação do patrimônio cultural da humanidade e da sociedade local e fazer avançar o mais puro e descomprometido pensamento em todas as áreas, de maneira a ter as bases de uma sociedade intelectualmente criativa e sofisticada;

Por sua
função
específica,
que é a
produção do
conhecimento,
a
universidade
deve ser
participante
privilegiada
da grande
aventura de
construir o
país



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

Por sua
função
específica,
que é a
produção do
conhecimento,
a
universidade
deve ser
participante
privilegiada
da grande
aventura de
construir o
país

- criticar as ameaças à estabilidade nacional, condenar as desigualdades e propor alternativas que visem distribuir eficientemente o bem-estar, a cultura e a liberdade;

- entender o país, suas especificidades, e conhecer seu potencial; identificar e definir suas necessidades, obviamente com perspectiva universal, no espaço e no tempo, na geografia e na história;

- ajudar no desenho do retrato do que se deseja para a sociedade no novo futuro, formular alternativas para chegar a este futuro desejado sem ignorar a realidade herdada e sem desconhecer os limites do possível;

- criar as bases científicas e tecnológicas que permitam transformar os recursos disponíveis no conjunto de bens e serviços necessários ao bem-estar social; e formar mão-de-obra necessária para produzir estas funções.

Este esforço pode se resumir na missão de a universidade pensar, entender, formular e criar o pensamento, as idéias que expliquem e sirvam de base à construção do país. Para tanto, impõem-se-lhe oito desafios:

- o avanço da ciência, tecnologia e cultura que, sem cair na xenofobia, sirva de fato às necessidades atuais do país e aos interesses de longo prazo de uma nação moderna, intelectualmente sofisticada;

- o desafio do equilíbrio regional, na ocupação territorial e proteção do meio ambiente, com o entendimento do problema e formulação de caminhos que viabilizem sua solução;

- o desafio de perceber a importância das mais puras manifestações nas artes, nas ciências, nas reflexões filosóficas,

sem o que o enfrentamento do desafio ficará sem rumo e não terá razão de ser;

- o desafio de formular a própria concepção de que vivemos um momento de revisão do passado e de reorientação no rumo do conhecimento universal e dos objetivos nacionais;

- o desafio da construção da sociedade democrática, que é anseio de todo o país e responsabilidade de cada brasileiro; a abolição do *apartheid* social e a solução dos problemas sociais, em um país com base material rica e com massa crítica de recursos humanos já disponível;

- a rearticulação da estrutura produtiva, com todos os problemas que envolvem a mudança nos produtos, o uso de novos recursos, a busca de auto-suficiência;

- a conquista da soberania, que passa pela concepção autônoma de projeto nacional e pela criação de tecnologias próprias.

Se vocação é libertação, cada universitário deve ser livre. Surge, assim, uma unidade na mais absoluta diversidade de áreas, campos, metodologias, ideologias. Para que isso seja realizado, três condições são necessárias:

- cada universidade deve definir sua vocação de pensar e construir o futuro do país, tanto no que se refere às suas bases materiais como à sua superestrutura intelectual;

- todos os departamentos e todos os segmentos têm funções a cumprir neste projeto;

- a pluralidade é em si a própria razão de ser da universidade, e não há como imaginar a possibilidade de linhas ideológicas e metodológicas únicas.



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

NOVA QUALIDADE

Formou-se, nos últimos anos, consenso de que o ensino tem-se degradado, perdendo em qualidade. Em consequência, surge dentro da universidade desinteresse e falta de motivação que provocam um sentimento de desânimo e frustração. A maioria procura explicações individuais para a perda de qualidade: a inadequada formação dos alunos do primeiro e segundo grau; a falta de equipamentos; salas e cadeiras desconfortáveis; o nível de formação dos professores etc. Sem negar que esses fatores pesam, é preciso reorientar a procura em direção às causas sociais. Há trinta anos as condições materiais da universidade eram piores, a formação e dedicação dos professores eram inferiores, não havia doutores nem mestres, quase nenhum professor em regime de dedicação exclusiva. Naquele tempo não havia porém um sentimento de crise universitária.

CAUSAS DO SENTIMENTO DA PERDA DE QUALIDADE

Dimensão da crise nacional

Se o Brasil voltasse aos anos 50, o observador perceberia a mudança radical no comportamento da comunidade universitária, colocada diante do desafio da indústria nova, da modernização rápida, da criação de uma nova classe de consumidores. Os universitários embarcavam de imediato no compromisso com a qualidade, fosse pela atração e sedução decorrentes do desafio nacional, fosse pelo in-

teresse individual em disputar com outros a chance de ascender socialmente. Havia, então, projeto nacional, e dentro dele fortavam-se os projetos individuais, todos com chance de êxito condizente com a responsabilidade coletiva. A universidade estava na vanguarda.

Se voltássemos aos anos 70, além destes componentes, a universidade tinha a grande motivação da luta contra a ditadura. A universidade tinha um papel a cumprir, reconhecido nos empregos garantidos, com altos salários para seus quadros, nos recursos abundantes, no desafio social e, ainda mais, no desafio de defender e lutar pela liberdade. Além disso, tinha a auréola do heroísmo. A universidade ainda estava na vanguarda.

A realidade do final dos anos 80 e começo dos 90 é outra. A comunidade universitária está imersa em perplexidade, ainda não conseguiu ser vanguarda na formulação das idéias da nova sociedade. O que diferencia os anos 50 e 70 dos anos 80, e certamente de parte dos 90, não é a ditadura ou a democracia. A diferença real é que na década de 70 o país continuava seu rumo em direção a um tipo de modernidade iniciado nos anos 30, fortalecido em 1955 e reafirmado em 1964. Opção que inspirava confiança até mesmo aos críticos, que então se limitavam apenas a buscar ajustes socioeconômicos, distribuição dos benefícios e democracia política.

O país tinha projeto, ainda que inverso. O projeto fracassou, e ainda não foi substituído. Nestas circunstâncias, todas as instituições ficam perplexas. E a universidade ainda mais, porque seu produto continua sendo desenhado conforme o projeto anterior da sociedade, em fase de obsolescência. Não tem ainda um novo projeto para o qual trabalhar. A comunidade

Formou-se,
nos últimos
anos,
consenso de
que o ensino
tem-se
degradado,
perdendo em
qualidade. Em
consequência,
surge dentro
da
universidade
desinteresse
e falta de
motivação



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

de universitária percebe, sente a perda de sua função social e carência de nova função. O absurdo seria se a comunidade universitária ficasse alienadamente tentando cumprir o papel que já não tem.

Crise da ciência

Perfeita em suas explicações, neutra diante dos desmandos do mundo e promissora como instrumento da construção das utopias, a ciência, durante séculos, teve privilegiado papel. Nas últimas décadas, o próprio desenvolvimento científico, levantando dúvidas sobre o potencial da ciência explicar o mundo e descobrindo sua conivência com muitos desastres ambientais, provocou profunda crise de consciência nos quadros mais sofisticados de todas as áreas científicas. Esta crise chega ao Brasil, permeando a parcela mais competente e sofisticada da comunidade universitária, aumentando a perplexidade e a dúvida.

Tecnologia perversa

A percepção de que a inovação tecnológica não é capaz de construir a utopia e pode ter efeitos perversos corrobora o agravamento da crise no centro de criação tecnológica que é a universidade.

Efeitos da dependência

No Brasil e em outros países do Terceiro Mundo, a perversão da tecnologia se faz mais grave, devido à inadaptabilidade do padrão tecnológico importado em relação às necessidades do seu povo e à disponibilidade de recursos do país. Isso gera, na universidade, consciência de impotência, desconforto com o próprio produto, o que amplia a dimensão da crise.

Perda da credibilidade

A crise nacional e a crise da ciência e da tecnologia subtraem a credibilidade à universidade, que vê seu produto sem função social dinâmica, o que provoca frustração interna e, conseqüentemente, desmotivação.

Perda de status

Até recentemente, ingressar na universidade era o passo decisivo e definitivo para se alcançar posição privilegiada na sociedade. A realidade, hoje, é diferente. Os alunos, aspirando ascender socialmente, angustiam-se com a incerteza de empregos. Os professores horrorizam-se com o risco da proletarização crescente ao perceberem a perda do *status* econômico e social.

Contradições sociais

A perda de *status* agrava o clima de insatisfação e perplexidade na universidade, em virtude da contradição entre a consciência social e política dos professores, alunos e funcionários e a aspiração individual de cada um deles. A comunidade se diz ao lado do povo e das massas marginalizadas, mas luta contra a própria proletarização. Defende a distribuição da renda, mas luta para manter o nível que tinha nos anos 70, mesmo sabendo que isso só será possível com a concentração do consumo e a desigualdade social. Seus salários, nos níveis mais altos, são baixos para as condições do mercado e, ainda assim, são quinze ou até trinta vezes superiores ao salário mínimo, devido à concentração de renda. Esta contradição angustia a comunidade, mesmo quando muitos não explicitam o conhecimento desta realidade econômica ou tentam disfarçá-la ou desculpá-la, lembrando que há outras injustiças ainda maiores.

A
comunidade
universitária
está imersa
em
perplexidade,
ainda não
conseguiu ser
vanguarda na
formulação
das idéias da
nova
sociedade



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

Eleição direta

Tudo isso já era verdade há alguns anos, mas havia a esperança de que o processo democrático traria alternativa, com bandeira nova que envolvesse todo o país. A Nova República não chegou a se manifestar nas questões sociais, servindo apenas para frustrar quem sonhava com uma nova sociedade. Dentro da universidade, a Nova República era a eleição direta para reitor. A comunidade apegou-se, conscientemente ou não, a duas visões: uns viam na eleição direta a destruição da universidade, outros viam-na como a redenção imediata da universidade.

Ambos ficaram frustrados. Os reitores mantiveram o compromisso com as atividades de qualidade tradicional da universidade, comprando equipamentos, contratando professores por concurso, construindo, avaliando, cobrando, o que frustrou aqueles - que esperavam a desmoralização imediata do processo de eleições diretas. Contudo, os reitores eleitos não conseguiam mudar suficientemente a universidade na velocidade desejada, ou, quando conseguiam, iam em direção ao que a comunidade não queria, frustrando os que esperavam uma universidade diferente, sem saber exatamente qual a diferença desejada. Os reitores eleitos também não puderam, ou não quiseram, atender às expectativas de se transformar em gerentes de esquerda, substituindo os gerentes de direita.

Como consequência, no começo das novas administrações, em vez do conflito aberto e criativo do período autoritário, produziu-se um antagonismo disfarçado que serviu de desculpa tanto para o reitor que quisesse parar e ficar no cargo esperando o fim do mandato como para a parcela da comunidade que deseasse limitar ao mínimo sua atividade, dedicando-se apenas a viver a angústia pessoal.

Greves

Embora as paralisações devam ser vistas como consequência da crise, e não como sua causa, ao serem usadas com frequência, geraram perda na qualidade e aumentaram o sentimento de frustração.

A LÓGICA DA PERDA DE QUALIDADE

Na atual conjuntura, é natural a frustração causada pela perda de qualidade. Este sentimento deve ser visto com base em dois parâmetros: a perda de qualidade-intrínseca e a perda de qualidade em relação à função da universidade, a qualidade-funcional.

Nada indica perda na qualidade-intrínseca da universidade em relação a vinte anos atrás. Hoje, há professores mais bem treinados, melhores equipamentos, dedicação exclusiva maior. O que de fato existe é a perda da qualidade-funcional que se espera da universidade, com base na expectativa que a sociedade e a comunidade interna têm em relação a ela.

O que mudou não foi a "quantidade-de-qualidade", mas a "qualidade da qualidade". A universidade não perdeu qualidade, perdeu velocidade. Ela não piorou, atrasou-se. A universidade deixou de ser vanguarda. É aí que está o sentido da sua perda de qualidade.

A situação da universidade é como a de um automóvel em uma cidade que de repente tem todas as ruas bombardeadas, o automóvel não perdeu nada de sua qualidade-intrínseca, mas perdeu muito de sua qualidade-funcional. O automóvel tem a mesma qualidade de antes, mas agora a viagem não leva diretamente aonde o motorista e passageiro desejam, pelo menos,

A situação da universidade é como a de um automóvel em uma cidade que de repente tem todas as ruas bombardeadas, o automóvel não perdeu nada de sua qualidade-intrínseca, mas perdeu muito de sua qualidade-funcional



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

A comunidade
apegou-se,
conscientemente
ou não, a
duas visões:
uns viam na
eleição direta
a destruição
da
universidade,
outros viam-
na como a
redenção
imediate da
universidade

não com a facilidade de antes. os passageiros passam a sentir a perplexidade e o incômodo da viagem sem rumo certo, sem mapa e sem estrada nos moldes para os quais o carro está desenhado. Dividem-se entre os que, sem olhar para as ruas da cidade, sentem a irritação com a perda de qualidade-funcional e querem afinar melhor o motor; há os que querem manter o carro e melhorar a qualidade-intrínseca limpando a poeira; outros querem abandonar o carro e cuidar da reforma da cidade, ou simplesmente caminhar por cima dos escombros; e há quem prefira adaptar o carro às novas condições, redefinir a qualidade, o próprio destino da viagem, e usá-lo na reconstrução da cidade.

Não adianta querer melhorar o seu potencial de performance pela regulação fina no motor. Será necessário reorganizar as ruas, adaptar o carro às novas exigências ao mesmo tempo em que ele é usado para refazer a cidade, em moldes que não voltem a justificar novos bombardeios.

Em algumas áreas, como ciências humanas e tecnológicas, o problema é mais sério, uma vez que elas perderam grande parte do poder de explicar como se servir a realidade social em mutação. É o caso das tecnologias (engenharias, arquitetura e medicina) que não se adaptaram ainda aos novos problemas, presas à reprodução de tecnologias comprometidas com a concentração de renda. Ainda mais grave, não entenderam o novo significado da palavra "obsoleto". Continuam pensando em obsolescência em relação aos aspectos técnicos, esquecendo da obsolescência por razões socioeconômicas. É o caso, por exemplo, das engenharias que se dedicam ao progresso através da procura de pequenas melhoras na eficiência dos automóveis, em vez de perceberem que se esperam da universidade novas concepções para o transporte. É o caso

da saúde, que se dedica a aperfeiçoar técnicas de diagnóstico individualizado por meio de sofisticados equipamentos, quando a evolução social exigirá também atendimento às massas.

O que ocorre na universidade, levando ao sentimento de perda de qualidade, é a perda da capacidade da academia responder o que dela espera a sociedade. No momento de crise, a sociedade cria problemas de dimensões tão diferentes, em uma velocidade tão crescente, que a universidade não consegue responder. A crise está exigindo a formulação de novas perguntas, enquanto a universidade continua se dedicando a encontrar respostas velhas. Mas a comunidade tem consciência destas limitações; não se contenta e chama de perda de qualidade à perda de funcionalidade do seu produto.

É nisso que está a chave da perda de qualidade, nas áreas que caminham para a obsolescência por não se adaptarem às exigências do momento. Erro maior seria cometido ao generalizar-se o padrão de quantidade-de-uma-velha-qualidade, em vez de reformular o padrão de qualidade.

Como elemento gerador de conhecimento, a universidade está condenada a situar-se na vanguarda; por isso a qualidade de cada um de seus cursos e pesquisas depende de sua posição no momento histórico. Quando o conhecimento se atrasa, felizmente se manifesta a consciência de perda de qualidade, que deve ser enfrentada corretamente, sem subterfúgios, procurando aprofundamento através da revisão dos assuntos e das teorias estudadas.

A universidade tem a função de gerar saber, pelo simples valor estético do saber puro e pelo valor utilitário de manejar a natureza, pondo-a a serviço de um projeto civilizatório. Ambas atribuições es-



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

tão em crise: o valor utilitário transformador perdeu valor pela crise social; o valor estético entrou em crise pela perda da beleza do saber, contestado, seja pela descoberta de formas alternativas de saber, seja pelas dúvidas geradas no relacionamento entre o saber e o mundo real, seja pela consciência das manifestações perversas provocadas pela ciência e tecnologia.

É preciso, então, orgulhar-se da universidade na qual a comunidade percebe e está descontente com a perda de qualidade e reinventar o conceito e refazer a qualidade. O trágico seria não perceber tal perda; o errado seria procurar retomar a qualidade superada.

A RETOMADA DE QUALIDADE

Consciência da perda

O primeiro passo para a retomada da qualidade na universidade está dado com os sentimentos de angústia e insatisfação, que decorrem da consciência da perda de qualidade. De certa forma, até a apatia é manifestação positiva, se for comparada com a euforia iludida e orientada em busca de melhorar a qualidade definida em termos obsoletos. Neste sentido, a universidade brasileira está na frente das demais instituições nacionais. A grande insatisfação já existe. Poderá caminhar para longo niilismo apático ou para a rebeldia, e, daí, à reformulação com a redefinição do conceito de qualidade e à retomada desta nova qualidade.

Fermentação

Felizmente, em vez de cair na ilusão da falsa qualidade, este conjunto de senti-

mentos se manifesta, forçando a fermentação necessária à retomada da qualidade de fato.

Nos últimos anos, considerável parcela da comunidade está mobilizada constantemente em atividades muitas vezes diferentes das tradicionais. Muitos, estáticos, acreditam que este ativismo nada tem a ver com a academia. São os que não veem a necessidade de mudanças. Os que veem sabem que a universidade, longe de estar apática, está viva.

Condução da rebeldia

Há em muitos o desejo de fugir da angústia do sem-rumo através de proposta imediata que empolgue e conduza a comunidade de volta apenas ao tradicional trabalho acadêmico. Esta alternativa não servirá para o momento. O papel de liderança consequente, hoje, é criar e garantir as condições para liberar toda criatividade existente, através de:

- absoluta abolição do medo, mesmo com as complicações gerenciais que isso provoca;
- sugestão de concepções radicais de universidade que esteja na vanguarda dos problemas, mesmo com o risco de incomodar;
- incentivo total e apoio firme às idéias da comunidade, mesmo com o risco da perda de credibilidade por não conseguir realizá-las integralmente;
- criação das condições de infra-estrutura para manter o clima de crescimento, mesmo que os recursos sejam escassos;
- alerta permanente para o problema da qualidade e a realização de toda e qualquer ação que ajude a melhorá-la desde já, sobretudo através da constante avaliação e autocrítica;

É nisso que está a chave da perda de qualidade, nas áreas que caminham para a obsolescência



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

O primeiro passo para a retomada da qualidade na universidade está dado com os sentimentos de angústia e insatisfação, que decorrem da consciência da perda de qualidade

• avaliação, provocação e cobrança de alunos por professores, de professores por alunos e de funcionário pela administração, quebrando-se o chamado pacto da mediocridade, na prática do dia-a-dia do ensino.

VISÃO GLOBAL DO UNIVERSO DO CONHECIMENTO

Lamentavelmente, a maioria dos corpos docente e discente das universidades ainda assume a "visão moderna" de que o pensamento segmentado da especialização é o caminho mais eficiente para o avanço do conhecimento. Com isso, a universidade generalizou a prática do pensamento isolado dentro de cada departamento, perdendo não apenas a dimensão global de cada tema e objeto real de estudo, mas, sobretudo, a dimensão humanista do pensamento.

As tentativas dos cursos por créditos, cursos básicos e profissionalizantes, não permitiram a formação de pensamento integrado e humanista. Esta formação exigirá prática diferente do trabalho universitário, onde o professor e o aluno saiam do enclausuramento de seu departamento para a pesquisa multidisciplinar por tema, participando de atividades humanistas que permitam a universalização do saber.

PUBLICIZAÇÃO DO ENSINO ESTATAL

O Brasil vive raro momento em que o ensino superior estatal é critica-

do em nome da justiça social. As universidades dos estados são ocupadas, gratuitamente, pelos filhos das classes média e alta; nas universidades particulares ficam os demais.

Nestas condições, parece ser mais justo cobrar dos ricos a escola superior que seus filhos frequentam. Esta concepção de "justiça social" incorre em três erros: ilusão quanto às características sociais da população universitária; desconhecimento do custo de manutenção da universidade; e falsa visão do papel da universidade.

Mesmo considerando que o sistema de escolha, por vestibular, favoreça o ingresso dos filhos dos ricos nas escolas públicas, é falso dizer que nas universidades particulares estão os filhos dos pobres. No Brasil, raramente os pobres passam da escola primária.

A alternativa de que os ricos paguem por seus filhos também não soluciona o problema. São tão poucos os que poderiam pagar a taxa média do custo da universidade que esta contribuição seria insignificante para o financiamento global da universidade. Em compensação, o fato de pagar daria, a esses poucos, poder e direito sobre a universidade, forçando-a a adaptar-se aos seus interesses particulares, que consistem, obviamente, na obtenção de um passaporte à promoção individual como forma de recuperar os seus gastos. Esta situação apenas se justificaria para os que concebem o curso universitário como investimento financeiro.

O mesmo ocorreria se a universidade fosse financiada diretamente por empresas: as indústrias montariam escolas de engenharia; os donos de hospitais, faculdades de medicina. Estas empresas, como proprietárias, aprisionariam as escolas em seus interesses e racionalidades, buscando o máximo de retorno no prazo mais curto, atendendo apenas à demanda dos ricos.



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

A injustiça da universidade pública não reside no fato de que nela só entram os filhos dos ricos - isso é injustiça social. A injustiça da universidade está em que todos aqueles que dela saem trabalham apenas para os ricos, em decorrência da estrutura, do currículo e dos métodos de trabalho. Formar e ser elite intelectual não é erro, é obrigação. Errado é só servir à elite econômica e social.

Em uma sociedade em transformação, como a brasileira, a universidade não deve limitar-se a encontrar pequenas respostas, deve formular grandes e novas perguntas. Isso não é possível com alunos, pais de alunos ou empresas buscando retorno imediato de seus investimentos. O momento exige a mais absoluta liberdade de pensamento e o compromisso maior com o destino do país, o que só é possível com o ensino superior público-gratuito para todos os que tenham condições intelectuais de aproveitá-lo, assumindo o compromisso de usar socialmente os conhecimentos obtidos.

O grande desafio da universidade brasileira para os próximos anos não é privatizar o ensino estatal, com base em míopes e equivocados conceitos de justiça; é tornar pública a universidade hoje apenas estatal, pondo-a a serviço do público. A universidade pública deve transformar-se para formar profissionais que atendam às necessidades da população e da construção do futuro da nação, em vez de atender apenas à demanda atual da minoria rica.

Ao mesmo tempo que restringe seus cursos aos mais competentes, a universidade deve desenvolver mecanismos para levar seu potencial educativo a toda a população, através de programas de extensão, ensino a distância, treinamentos etc. Ao lado do compromisso de servir ao público, o maior compromisso da universidade pública é o de fazê-lo com o máxi-

mo de qualidade. Por isso, a publicização da universidade estatal passa pela manutenção de rígidos critérios de seleção.

POLÍTICA DE ACESSO

A universidade deve atrair para si a elite intelectual do país, capaz de seguir com competência os seus cursos. Sem isso, estará traindo suas obrigações básicas de ensino público.

Ao lado da defesa de sua elitização intelectual, pela qualidade, deve-se combater a elitização da formação de alunos descomprometidos com o país e as massas. O que faz a universidade elitista não é a qualidade da roupa dos que entram, mas o conteúdo da cabeça dos que dela saem. O critério de seleção deve ser rigoroso, comprometido apenas com a qualidade.

Restrita aos velhos métodos, esta seleção não consegue atrair necessariamente os alunos de maior potencial, nem preenche um papel de indutora na melhoria do ensino básico. O tradicional vestibular limita-se a um exame único e a respostas sintéticas a um conjunto de perguntas. Define apenas qual candidato preparou-se melhor para ele, ou qual teve mais sorte nos temas envolvidos.

Para escolher os melhores quadros será necessário um sistema que acompanhe todo o curso secundário do aluno. Em colaboração com as secretarias de educação, as universidades poderiam definir provas e outros instrumentos de seleção que incorporassem toda a formação básica, além de outros critérios que permitissem identificar aqueles que se recuperam de cursos mal realizados.

Mesmo considerando que o sistema de escolha, por vestibular, favoreça o ingresso dos filhos dos ricos nas escolas públicas, é falso dizer que nas universidades particulares estão os filhos dos pobres



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

O grande desafio da universidade brasileira para os próximos anos não é privatizar o ensino estatal, com base em míopes e equivocados conceitos de justiça; é tornar pública a universidade

A NOVA ALIANÇA

A universidade pública e gratuita, para prestar seu serviço e manter sua autonomia, precisa rever a tradicional postura de exclusiva relação com o governo, mesmo quando lhe faça oposição. A realidade do processo democrático exige postura diferente. Sem perder a necessária visão crítica, a universidade deve abandonar o sectarismo e ampliar suas relações, para além do governo, através da formulação de novas alianças:

Aliança com o povo e o país

Apesar de seu discurso progressista, a verdade é que a universidade ignora e até mesmo menospreza o povo, isolando-se dele. No processo democrático, ou a universidade se aproxima do povo, ou perde apoio e recurso. O caminho desta aliança está na reformulação dos currículos, nos programas de extensão, nos cursos de ensino a distância e na oferta de curso à noite.

Aliança com a cultura nacional

Os resultados do atrelamento aos padrões de universidades estrangeiras, com reformas organizadas desde o exterior, por especialistas estrangeiros, continuadas por brasileiros absolutamente desvinculados da cultura nacional, mostra a falência do mimetismo. O transplante das universidades dos países desenvolvidos para o Brasil exige recursos que o país não tem, cria uma estrutura diferente das exigências e necessidades do país, dificulta a relação com um ensino básico completamente di-

ferente do existente no exterior. A nova universidade vai exigir uma reversão desta tendência, para um compromisso intenso com a cultura nacional.

Aliança com as demais universidades

Cada universidade brasileira tem estado mais ligada às universidades estrangeiras que às nacionais. A consequência é o desperdício de recursos pelos custos na relação com o exterior e pela falta de melhor organização que a cooperação permitiria. É fundamental reverter esta distorção segundo um intenso programa de cooperação e mesmo pela criação de estruturas interuniversitárias. Uma idéia é a implantação do Sistema Universitário Brasileiro, com a criação de centros interuniversitários visando desenvolver, em conjunto, atividades de pesquisas e ensino por temas de estudo.

Aliança com a sociedade

A universidade não pode estar alheia à sociedade civil. Tem de se abrir, apoiar, participar e conviver com associações e sindicatos, tanto de trabalhadores como de empresários, sem qualquer discriminação política e ideológica, oferecendo suas instalações e serviços sem sacrifício de suas atividades específicas.

Aliança com o setor produtivo

Os preconceitos, devido à pouca formação ideológica de professores e alunos, consequência do capitalismo selvagem no país, e o natural cuidado com a necessidade de manutenção da autonomia fazem com que na universidade haja certa reserva em relação ao



UNIVERSIDADE PARA A CRISE

setor privado empresarial. É preciso mudar esta concepção. A falta de recursos públicos, a maturidade da universidade e do setor privado, a necessidade de realizar as criações tecnológicas exigem a construção de um relacionamento em novas bases. Um relacionamento respeitoso, autônomo, mediante convênios transparentemente divulgados, com cláusulas que assegurem a autonomia e a universalidade de todas as funções em todas as áreas. A universidade que não definir uma política de aproximação com o setor empresarial privado isolar-se-á, perdendo terreno e qualidade.

Aliança com o Terceiro Mundo

Ao longo de sua história, a universidade brasileira manteve fortes relações internacionais com os países do Primeiro Mundo. Salvo raras exceções, quase não há contatos estreitos de cooperação com as universidades do Terceiro Mundo. No momento, porém, a crise da sociedade no Ocidente e a necessidade de procurar rumos próprios para o país exigem crescente aproximação com as universidades dos países do Terceiro Mundo, na identificação e busca de soluções conjuntas para nossos problemas, através de convênios, intercâmbio de professores e pesquisadores, bolsas de estudos e consórcio com instituições destes países.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Nos próximos anos continuará, e talvez cresça ainda mais, a campanha contra o ensino estatal, com sistemáticos cor-

tes de recursos governamentais à universidade. Um dos mais sérios compromissos da comunidade será lutar enfaticamente pelas verbas públicas que o governo tem obrigação de oferecer. Mas é suicídio ficar apenas nesta luta, sabendo que as autoridades - com apoio da população - reduzirão os recursos para as universidades. A principal responsabilidade das comunidades universitárias nos próximos anos será manter as universidades democraticamente ativas e crescendo. A universidade perderá recursos, se não for capaz de aproximar-se da sociedade e de conquistar apoio pela solidariedade às suas lutas e necessidades, consoante os resultados que obtiver.

Além disso, será necessário mobilizar recursos próprios para atravessar os próximos anos ou décadas, até chegarmos a uma nova hegemonia social que permita ao governo priorizar a educação superior no país. A opção de muitos, nos últimos anos, de concentrar todo o esforço apenas na reclamação contra o governo, que não dá recursos, é uma posição infantil. Como o de crianças que param de respirar para ganhar um presente. Deixar a universidade pública morrer é fazer o jogo dos que querem privatizar o ensino.

A luta apenas por mais verbas levou à armadilha-da-falta-de-recursos e fez a universidade subestimar seu próprio potencial. A correta mobilização deste potencial, ao lado da luta por mais verbas, permitirá que os próximos anos sejam atravessados com a credibilidade necessária.

Apesar de seu discurso progressista, a verdade é que a universidade ignora e até mesmo menospreza o povo



n o t a s

1. Darcy Ribeiro. *A universidade necessária*, São Paulo: Paz e Terra, 1982, p. 122.
2. Idem, *Ibid.*, p. 123.
3. Ver Carlos Tunnermann, *Universidad y Historia y Reforma*, op. cit., p. 49, 65, 72 e 87.
4. Ver *O plano orientador da Universidade de Brasília*, Brasília: Editora UnB, 1962.
5. Ver Darcy Ribeiro, *UnB: Invenção e descaminho*, Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978.
6. Carlos Tunnermann Berheim, op. cit., p. 52.
7. Berheim, op. cit., p. 51-9, apresenta um quadro destas reformas e estruturas universitárias.
8. Alfred North Whitehead, *Science and Modern World*, Encyclopaedia Britanica, v. 55, p. 136. (Col. Great Books)
9. Sobre esse assunto, ver os livros de Alain Bloom e Russel Jacoby, citados na nota 13 do capítulo anterior. Sobre o caso específico dos intelectuais brasileiros, ver os livros do autor: *O colapso da modernidade brasileira*, *A revolução na esquerda e a invenção do Brasil*, publicados pela Editora Paz e Terra, e *O que é apartação? - O apartheid social brasileiro*, da Editora Brasiliense.
10. Maria Amélia Salgado Loureiro, *A história das universidades*, São Paulo: Estrela Alfa, p. 67.
11. Maurice Bayen, *Historia de las universidades*, p. 83, 85.
12. Sobre o assunto da modernidade ética, ver, do autor, os quatro livros publicados pela Editora Paz e Terra sob o título global de *Da Modernidade técnica à modernidade ética*; ver, também dele, pela Editora Brasiliense, o livro da coleção Primeiros Passos, *O que é apartação - O apartheid social brasileiro*.
13. Um exemplo deste interesse é a tradução para o espanhol, pelo Universidade Nacional da Costa Rica, do livro *Na fronteira do futuro - O projeto da UnB*, de Cristovam Buarque, Brasília: Editora UnB, 1989.

